Informa

Boletim Informativo Oficial do Município de Mangaratiba

Ano X - Nº 470 - Estado do Rio de Janeiro - 27 de Novembro de 2014 - Secretaria de Comunicação Social

Área de Proteção Ambiental próximo de virar realidade em Mangaratiba

Secretaria de Meio Ambiente realiza segundo encontro para criação de unidade de conservação de uso sustentável

A secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca da prefeitura de Mangaratiba realizou nesta terça-feira, 25, no Centro Cultural Cary Cavalcanti, o segundo e último encontro para a implantação e criação da Unidade de Conservação de Uso Sustentável Área de Proteção Ambiental, APA Marinha Boto Cinza. A reunião aconteceu a partir das 9h e foi aberta ao público.

A reunião é a continuidade da Audiência Pública realizada no fim de setembro, onde representantes de diversos órgãos ambientais, associações locais e sociedade civil conheceram o projeto e apresentaram sugestões.

A APA Marinha Boto Cinza tem como objetivo proteger, ordenar, garantir e disciplinar o uso racional dos recursos ambientais, proporcionando no futuro um uso múltiplo e sustentável do ecossistema. Após esse encontro, onde serão tratados os pontos finais do projeto, a APA segue para aprovação da lei na Câmara de Vereadores. As próximas etapas para a criação da Unidade de Conservação serão: cadastramento no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (Cnuc), elaboração de plano de ação, formação de conselho gestor, elaboração de plano de manejo e construção de sede.

DECRETO Nº 3281, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

"REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 941, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL, INSTITUI E DISCIPLINA O CONTRATO DE GESTÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 92, incisos VII, da Lei Orgânica Municipal e art. 27, da Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014;

DECRETA:

Capítulo I
DA QUALIFICAÇÃO

Art. 1° - O pedido de qualificação como Organização Social será dirigido, pela pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que preencha os requisitos dos arts. 3º, 4° e 5° da Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014, ao Procurador-Geral do Município por meio do preenchimento de requerimento escrito e apresentação de cópia autenticada dos seguintes documentos:

I - estatuto registrado em Cartório;

II - ata de eleição dos membros atuais do Conselho Deliberativo e da diretoria;

III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;

IV - declaração de isenção do imposto de renda; e

V - inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CGC/CNPJ);

VI - declaração de que os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho de Administração não são parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Vereadores, e servidores públicos detentores de cargo comissionado ou função gratificada, cuja atuação no ente público possa vir a ter relação direta com o contrato que vier a ser celebrado;

Parágrafo Único. No caso de entidade na área de saúde, deverá apresentar:

a) Comprovante de registro no Conselho Regional de Medicina, na sua sede; e,

b) Atestado, ou outro instrumento comprobatório, de gestão de unidade de assistência à saúde própria ou de terceiros;

c) Declaração de que não há servidor ou funcionário, efetivo ou não, que exerça cargo ou função em comissão ou gratificada no Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito deste município, no exercício das funções de conselheiros, administradores e dirigentes da organização social.

Art. 2º O responsável pela outorga da qualificação deverá verificar a adequação dos documentos citados no artigo anterior com o disposto na Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014, devendo observar:

I - se a entidade tem finalidade dirigida à saúde do art. 1° daquela Lei;

II - se o estatuto obedece aos requisitos da referida Lei;

III - na ata de eleição da diretoria, se é a autoridade competente que está solicitando a qualificação;

IV - se foram regularmente apresentados os documentos previstos no art. 1º deste decreto.

Art. 3º A Procuradoria-Geral, após o recebimento do requerimento, terá o prazo de até 30 (trinta) dias para deferir ou não o pedido de qualificação, ato que será publicado no órgão oficial da imprensa no prazo máximo de 15 (quinze) dias da decisão.

§ 1º No caso de deferimento, a Secretaria de Integração Governamental emitirá, no prazo de até quinze dias da decisão, o certificado da requerente como Organização Social.

§ 2º Deverão constar da publicação do indeferimento as razões pelas quais foi denegado o pedido.

§ 3º A pessoa jurídica sem fins lucrativos que tiver seu pedido de qualificação indeferido poderá reapresentá-lo a qualquer tempo.

Capítulo II
DA DESQUALIFICAÇÃO

Art. 4º A perda da qualificação dar-se-á mediante decisão do Exmo. Sr. Prefeito, proferida em processo administrativo instaurado pela Procuradoria-Geral do Município, de ofício ou a pedido do interessado, ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério

EXECUTIVO

Prefeito
Evandro Bertino Jorge

Vice-Prefeito
Ruy Tavares Quintanilha

Secretário Municipal de Gabinete
Maria Virgínia Bertino Jorge

Secretário Municipal de Governo
Edison Nogueira

Procurador Geral
Leonel Silva Bertino Algebaile

Secretário Municipal de Administração
Nelson Luís Bertino dos Santos

Secretário de Controladoria
Luiz Carlos Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Obras, Transportes e Urbanismo
Edmilson Ferreira da Silva

Secretário Municipal de Fazenda
Valéria da Silva Gusmão Marins

Secretário Municipal de Finanças
José Cláudio Pereira

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Ana Paula Azevedo

Secretário Municipal de Integração Governamental
Humberto Carlos Mendonça Vaz

Secretário Municipal de Serviços Públicos
Marco Antônio da Silva Santos

Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca
Natacha Isabela Torezani Kede

Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia
Ricardo Albuquerque Pessoa de Brito

Secretário Municipal de Turismo e Eventos
Roberto Carlos de Assis Monsores

Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Hugo Sátyro

Secretário Municipal de Segurança
Sydney Ferreira

Secretário Municipal de Saúde
Sérgio Rabinovicci

Secretário Municipal de Educação
Meyre Maria Gabino Aires dos Santos

Secretário Municipal de Planejamento
Márcia Moreira

Secretário Municipal de Assuntos Portuários e Estratégicos
Caio Alcoforado Quintanilha

Secretário Municipal de Comunicação Social
Roberto Pinto dos Santos

Secretário Municipal de Trânsito
João Luiz Vasconcellos de Carvalho

Secretário Municipal de Defesa Civil
Alexsandro Santos Fernandes

Instituto José Miguel Olímpyo Simões
Ana Paula Soares Barcellos

Presidente da Fundação Mário Peixoto
Emil de Castro

Presidente do Previ Mangaratiba
Deilton Lopes de Oliveira

LEGISLATIVO

Presidente
Pedro Bertino Jorge Vaz

Vice-Presidente
Eduardo Ferreira Jordão

1° Secretário
Vitor Tenorio Santos

2° Secretário
José Luis Figueiredo Freijanes

Vereadores:
Alan Campos da Costa
Alcimar Moreira Carvalho
Andre De Mello Costa
Cecilia Ribeiro Cabral
Carlos Alberto Ferreira Graçano
Jose Maria De Pinho
Rodrigo Santos Bondim

Público, nos quais serão assegurados a ampla defesa e o contraditório.
Art. 5º Qualquer alteração da finalidade ou do regime de funcionamento da organização, que implique mudança das condições que instruíram sua qualificação, deverá ser comunicada à Procuradoria-Geral do Município, acompanhada de justificativa, sob pena de cancelamento da qualificação.

Capítulo III
DO CONTRATO DE GESTÃO
Seção I
DO INSTRUMENTO E DA CELEBRAÇÃO

Art. 6º Poderá Ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações Sociais, Contrato de Gestão destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público, prevista no art. 1° da Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014.
§ 1º O Órgão estatal firmará o Contrato de Gestão, do qual constarão os direitos, as responsabilidades e as obrigações das partes e as cláusulas essenciais descritas no art. 8° da Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014.
§ 2º O Contrato de Gestão deverá ser assinado pelo Prefeito, Secretário Municipal, ou titular do órgão estatal responsável por sua celebração, vedada a delegação de competência para esse fim.
§ 3º O prazo de duração do Contrato de Gestão não poderá exceder 60 (sessenta) meses.
Art. 7º O órgão estatal responsável pela celebração do Contrato de Gestão poderá verificar previamente:
I - o regular funcionamento da Organização Social; e
II – no caso de entidade qualificada para a área de saúde, o exercício pela Organização Social de gestão de unidade de assistência à saúde própria ou de terceiros.
Art. 8º É vedada a celebração de Contrato de Gestão com Organizações Sociais que tenham, em suas relações anteriores com o Município, incorrido em pelo menos uma das seguintes condutas:
I - omissão no dever de prestar contas;
II - descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou Contratos de Gestão;
III - desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
IV - ocorrência de dano ao Erário;
V - prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou Contratos de Gestão.
Art. 9°. O extrato do Contrato de Gestão deverá ser publicado, no prazo máximo de quinze dias após a sua assinatura, pelo Poder Público:
a) no Diário Oficial; e
b) no sítio da Municipalidade e da Organização Social na *internet*.
Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se a todos os Termos Aditivos.
Art. 10. É possível a vigência simultânea de um ou mais Contratos de Gestão, ainda que com o mesmo órgão estatal, de acordo com a capacidade operacional da Organização Social.

Seção II
DO ADITIVO E DA RENOVAÇÃO

Art. 11. O Contrato de Gestão vigente, nos termos da Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014, poderá ser alterado ou prorrogado, por acordo entre as partes, mediante a celebração de Termo Aditivo.
§ 1º A celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão deverá ser precedida de apresentação de justificativa pelo Poder Públic.
§ 2º O Poder Público poderá celebrar termos aditivos ao contrato de gestão desde que o objeto seja na mesma área de política pública.
§ 3º Os termos aditivos previstos no § 2º não terão limites de valor ou quantidade e não requererão novos Chamamentos ou Seleção de Projetos, inclusive quando se referirem a adequações físicas e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.
Art. 12. O Contrato de Gestão poderá prever a sua renovação automática, por igual período do instrumento original.
§ 1º Na hipótese de aditamento para prorrogação da vigência, as partes deverão definir as novas ações e metas, bem como os novos prazos e custos envolvidos, com possibilidade de utilização de saldo remanescente, se houver, ou realização de novos aportes.
§ 2º Para o cálculo do saldo remanescente, devem ser deduzidos os valores referentes a todos os provisionamentos, inclusive aqueles trabalhistas, obrigatoriamente previstos em lei, com os devidos rendimentos decorrentes de aplicações financeiras destes recursos.
§ 3º As despesas previstas no Contrato de Gestão e realizadas no período compreendido entre a data original de encerramento e a formalização de nova data de término serão consideradas como legítimas, desde que cobertas pelo respectivo empenho.

Seção III
DA CESSÃO

Art. 13. É permitida a cessão parcial ou total do contrato de gestão pela organização social exclusivamente nos casos de cisão estatutária da entidade, observando-se o seguinte:
a) a necessidade de autorização do Município para a cessão do contrato de gestão;
b) fica dispensada, para a nova entidade, a exigência contida no inciso II, do art. 2, da Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014.
c) a nova entidade poderá obter a qualificação como organização social, nos termos da Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014.
d)

Seção IV
DO ENCERRAMENTO OU RESCISÃO

Art. 14. Quando do encerramento ou rescisão do Contrato de Gestão, serão devolvidos ao Poder Público os:
a) saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas e das arrecadadas diretamente pela Organização Social em função da existência do Contrato de Gestão, no prazo de trinta dias após o término das atividades, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos;
b) bens e equipamentos destinados às Organizações Sociais ou adquiridos com recursos do Contrato de Gestão, salvo os com depreciação acima de sessenta por cento;
c) bens imóveis destinados às Organizações Sociais ou adquiridos com recursos do Contrato de Gestão; e
d) Servidores públicos cedidos.
Art. 15. Em caso de rescisão unilateral do Contrato Gestão pelo Poder Público, que não decorra de má gestão, culpa ou dolo da Organização Social, são devidas, pelo Poder Público às Organizações Sociais, todas as verbas rescisórias, de pessoal e de contratos com terceiros, e ainda as indenizatórias.

Capítulo IV
DA SELEÇÃO DA ENTIDADE PARA CELEBRAR CONTRATO DE GESTÃO

Art. 16. A celebração do contrato de gestão será precedida de:
a) publicidade da decisão de firmar cada contrato de gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas, nos termos da Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014, juntamente com o chamamento público para manifestação de interesse; e
b) seleção de projeto, quando houver mais de uma entidade qualificada e interessada em celebrar o contrato de gestão, nos termos do regulamento.
Art. 17. O titular do órgão estatal responsável pelo Contrato de Gestão poderá, mediante decisão fundamentada, excepcionar a exigência da Seleção de Projetos para celebrar Contrato de Gestão com Organização Social, nas seguintes situações:
I - nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada situação que demande a realização ou manutenção de Contrato de Gestão pelo prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação da vigência do instrumento; ou
II - nos casos em que o projeto, atividade ou serviço objeto do Contrato de Gestão já seja realizado adequadamente com a mesma entidade há pelo menos 1 (um) ano e cujas respectivas prestações de contas tenham sido devidamente aprovadas.

Seção I
DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 18. A formalização do contrato de gestão será precedida necessariamente da publicação, no Diário Oficial do Município, de Chamamento Público, do qual constarão:
I - objeto da parceria que a Secretaria competente pretende firmar, com a descrição sucinta das atividades que deverão ser promovidas e/ou fomentadas e os respectivos equipamentos e serviços;
II - outras informações julgadas pertinentes.
Parágrafo Único: O prazo das Organizações Sociais para manifestar interesse em celebrar Contrato de Gestão será de 5 (cinco) dias da publicação do Chamamento Público no órgão oficial de imprensa do Município.
Art. 19. Caso não haja manifestação de interesse por parte das Organizações Sociais qualificadas na forma da Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014, a Secretaria interessada em firmar a parceria poderá repetir o procedimento previsto no art. 18 deste decreto quantas vezes forem necessárias.
Art. 20. Na hipótese de uma única Organização Social manifestar interesse na formalização do contrato de gestão objeto do Comunicado de Interesse Público, ficará dispensada a realização da Seleção de Projetos.
Parágrafo único. O prazo para apresentação de programas de trabalho, no caso de apenas uma Organização Social manifestar interesse em celebrar Contrato de Gestão, é de 5 dias.

Seção II
DA SELEÇÃO DE PROJETOS

Art. 21. Quando mais de uma entidade qualificada como Organização Social manifestar expressamente interesse em prestar o serviço objeto da parceria na mesma unidade administrativa, a celebração do contrato de gestão será precedida de Seleção de Projetos, por meio de publicação de Edital.
§ 1º Da Seleção de Projetos poderão participar exclusivamente as Organizações Sociais que manifestaram interesse no prazo estipulado no Parágrafo Único, do artigo 18, deste decreto.
§ 2º Deverá ser dada publicidade a seleção de projetos, especialmente por intermédio da divulgação no órgão de imprensa do Município.
§ 3º Instaurado o processo de seleção de projetos, é vedado ao Poder Público celebrar Contrato de Gestão para o mesmo objeto, fora do procedimento iniciado.
Art. 22. Para a realização da Seleção de Projetos, o Poder Público deverá preparar, com clareza, objetividade e detalhamento, a especificação técnica do bem, da atividade, do projeto, da obra ou do serviço a ser obtido ou realizado por meio do Contrato de Gestão.
Art. 23. Do edital do processo seletivo deverá constar, no mínimo, informações sobre:
I - prazos, condições e forma de apresentação das propostas;
II - especificações técnicas do objeto do Contrato de Gestão, incluindo, descrição detalhada da atividade a ser transferida e dos bens e equipamentos a serem destinados para esse fim, bem como de todos os elementos necessários à perfeita execução do objeto da parceria;
III - critérios de seleção e julgamento das propostas;
IV - datas para apresentação de propostas;
V - local de apresentação de propostas;
VI - datas do julgamento e data provável de celebração do Contrato de Gestão; e
VII - valor máximo a ser desembolsado.
Parágrafo único. O prazo das Organizações Sociais para apresentar programa de trabalho, no caso da Seleção de Projetos, é de, no mínimo, 10 (dez) dias da data de publicação do edital.
Art. 24. No julgamento dos programas de trabalho, levar-se-ão em conta:
I - o mérito intrínseco e adequação ao edital do programa de trabalho apresentado;
II - a capacidade técnica e operacional da candidata;
III - a adequação entre os meios sugeridos, seus custos, cronogramas e resultados;
IV - o ajustamento da proposta às especificações técnicas;
V - a regularidade jurídica e institucional da Organização Social; e
VI - a análise dos documentos referidos no art. 32, deste Decreto.
Art. 25. Obedecidos aos princípios da administração pública, são inaceitáveis como critério de seleção, de desqualificação ou pontuação:
I - o local do domicílio da Organização Social ou a exigência de experiência de trabalho da organização no local de domicílio do órgão parceiro estatal;
II - a obrigatoriedade de consórcio ou associação com entidades sediadas na localidade onde deverá ser celebrado o Contrato de Gestão;
III - o volume de contrapartida ou qualquer outro benefício oferecido pela Organização Social.
Art. 26. O julgamento será realizado sobre o conjunto das propostas das Organizações Sociais, não sendo aceitos como critérios de julgamento os aspectos jurídicos, administrativos, técnicos ou operacionais não estipulados no edital do processo seletivo.
Art. 27. O Poder Público designará a Comissão Especial julgadora da Seleção de Projetos, que será composta, no mínimo, por 3 (três) membros titulares e respectivos suplentes, sendo um deles designado como seu presidente.
§ 1º A Comissão Especial poderá ter na sua composição dois membros do Poder Executivo, um especialista no tema do processo seletivo.
§ 2º O trabalho dessa comissão não será remunerado.
§ 3º O órgão estatal deverá instruir a Comissão Especial sobre a pontuação pertinente a cada item da proposta ou projeto e zelará para que a identificação da organização proponente seja omitida.
§ 4º A comissão pode solicitar ao Poder Público informações adicionais sobre os programas de trabalho.
§ 5º A comissão classificará as propostas das Organizações Sociais obedecidos aos

critérios estabelecidos neste Decreto e no edital.
Art. 28. Compete à Comissão Especial:
I - receber os documentos e programas de trabalho propostos no processo de seleção;
II - analisar, julgar e classificar os programas de trabalho apresentados, em conformidade com as regras e critérios estabelecidos no edital, bem como declarar a Organização Social vencedora do processo de seleção;
III - julgar os requerimentos apresentados no âmbito do processo de seleção e processar os recursos;
IV - dirimir ou esclarecer eventuais dúvidas ou omissões.
Parágrafo único. A Comissão Especial poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações apresentadas ou para dar cumprimento ao disposto no inciso IV do *caput* deste artigo.
Art. 29. Das decisões da Comissão Especial caberá recurso, que poderá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do resultado do processo de seleção no órgão de imprensa do Município.
§ 1º. Da interposição de recurso caberá impugnação pelas demais Organizações Sociais proponentes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação relativa à interposição do recurso.
§ 2º. No mesmo prazo, a Comissão Especial manifestar-se-á sobre o recurso, submetendo-o à decisão do titular da respectiva Secretaria.
Art. 30. Após o julgamento definitivo das propostas, inclusive dos eventuais recursos, a comissão apresentará, na presença dos concorrentes, os resultados de seu trabalho, indicando os aprovados.
§ 1º O Poder Público:
I - não examinará recursos administrativos contra as decisões da comissão julgadora, além do prazo previsto no art. 29;
II - não poderá anular ou suspender administrativamente o resultado da Seleção de Projetos nem celebrar outros Contratos de Gestão, com o mesmo objeto, sem antes finalizar o processo iniciado pelo processo seletivo.
§ 2º Após o anúncio público do resultado do processo seletivo, o Poder Público o homologará, sendo imediata a celebração dos Contratos de Gestão pela ordem de classificação dos aprovados.

Seção III
DA APRESENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE TRABALHO

Art. 31. Os programas de trabalho apresentados pelas Organizações Sociais deverão discriminar os meios e os recursos orçamentários necessários à prestação dos serviços objeto da parceria a ser firmada, bem como:
I - especificação do programa de trabalho proposto, inclusive cronograma;
II - detalhamento do valor orçado para implementação do programa de trabalho;
III - definição de metas operacionais, indicativas de melhoria da eficiência e qualidade do serviço, no tocante aos aspectos econômico, operacional e administrativo, e os respectivos prazos e cronograma de execução;
IV - definição de indicadores para avaliação de desempenho e de qualidade na prestação dos serviços;
V - comprovação da regularidade jurídico-fiscal e de satisfatória situação econômico-financeira da entidade;
VI - comprovação de experiência técnica para desempenho das atividades previstas no contrato de gestão.
§ 1º. A comprovação de situação financeira satisfatória, referida no inciso V do "caput" deste artigo, será realizada por meio do cálculo de índices contábeis usualmente aceitos.
§ 2º. A exigência prevista no inciso VI do "caput" deste artigo limitar-se-á à demonstração da experiência gerencial da Organização Social na área relativa ao serviço a ser transferido, bem como da capacidade técnica de seu corpo funcional.
Art. 32. Sem prejuízo do cumprimento das exigências contidas no edital do processo de seleção, as Organizações Sociais deverão, ainda, apresentar a seguinte documentação:
I - certificado de qualificação como Organização Social, nos termos da legislação municipal que rege a matéria, emitido pela Secretaria Municipal competente;
II - certidões negativas de falência, concordata ou recuperação judicial, concurso de credores, dissolução e liquidação;
III - declaração da Organização Social de que não cumpre as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 2003;
IV - comprovante de inscrição do ato constitutivo ou estatuto, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício.
V - balanço patrimonial;
VI - certidões negativas de débitos da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), Trabalhista, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Mangaratiba;

Capítulo V
DO FOMENTO

Art. 33. O Fomento destinado à Organização Social poderá ser de diversas naturezas, a saber:
I – independente de Contrato de Gestão, mediante a declaração da entidade como de interesse coletivo e utilidade pública para todos os efeitos legais;
II – quando da vigência do Contrato de Gestão:
a) Repasse de Recursos Financeiros;
b) Cessão de Patrimônio;
c) Cessão de Pessoal.

Seção I
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 34. Às Organizações Sociais com Contrato de Gestão em vigor poderão ser destinados recursos orçamentários e financeiros, ressalvadas as hipóteses de inadimplência com o poder público ou de descumprimento das condições estabelecidas no Contrato de Gestão, na Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014, e neste Decreto.
Art. 35. A liberação de recursos financeiros necessários à execução do Contrato de Gestão far-se-á em conta bancária única e específica, obrigando-se a Organização Social a exclusivamente nela movimentar os recursos financeiros referentes ao Contrato de Gestão.
Parágrafo único. A liberação de recursos de que trata o caput obedecerá ao cronograma de desembolso e às demais disposições constantes do Contrato de Gestão, salvo se autorizada sua liberação em parcela única.
Art. 36. Os recursos repassados pelo Poder Público à Organização Social, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, de liquidez imediata e composto majoritariamente por títulos públicos, quando não forem utilizados nos trinta dias subsequentes à liberação.
§ 1º As receitas financeiras auferidas na forma do caput, bem como as receitas arrecadadas diretamente pela Organização Social em função da existência do Contrato de Gestão, serão obrigatoriamente aplicadas na execução do objeto do Contrato de Gestão, devendo

constar das prestações de contas anuais e de encerramento.
§ 2º Ainda que não sejam oriundas diretamente do Tesouro Municipal, as receitas arrecadadas pela Organização Social em função da existência do Contrato de Gestão deverão obedecer, em sua aplicação, ao Regulamento próprio de Compras e Contratações.
§ 3º É vedado o pagamento de despesas com juros, multas, atualização monetária e custas de protesto de título, por atraso de pagamento, com recursos do Contrato de Gestão, salvo quando os mesmos decorrerem de atraso de repasse de recursos pelo Poder Público, hipótese em que o Tesouro Municipal complementará os recursos liberados para a Organização Social, a fim de cobrir tais despesas.

Seção II
DOS RECURSOS PATRIMONIAIS

Art. 37. Poderão ser eventualmente destinados às Organizações Sociais com Contrato de Gestão em vigor bens públicos necessários ao cumprimento do Contrato de Gestão, ressalvadas as hipóteses de inadimplência com o poder público ou de descumprimento das condições estabelecidas no instrumento de parceria, na Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014, e neste Decreto.
§ 1º Os bens de que trata este artigo serão destinados às Organizações Sociais parceiras mediante cláusula expressa constante do Contrato de Gestão e anexo que os identifique e relacione ou durante a vigência do instrumento de parceria, mediante permissão de uso.
§ 2º Os bens móveis públicos destinados à Organização Social poderão ser permutados, após prévia avaliação do bem e expressa autorização do órgão permitente, por outros de igual ou maior valor, os quais passarão a integrar o patrimônio do Público Municipal.
§ 3º A permuta de que trata o § 2º dependerá de prévia avaliação do bem e de expressa autorização do órgão permitente.
Art. 38. Caso a Organização Social adquira bens móveis depreciáveis com recursos provenientes da celebração do Contrato de Gestão, estes deverão ser transferidos ao Poder Público ou, com a anuência deste, a outro órgão do poder público municipal ao término da vigência do instrumento se sua depreciação acumulada for menor que sessenta por cento do seu valor original.
§ 1º Caso sua depreciação acumulada seja maior que sessenta por cento do seu valor original, o bem móvel depreciado em questão poderá ser transferido à Organização Social de acordo com o interesse público, mediante justificativa formal do dirigente máximo do Poder Público.
§ 2º Para efeito de cálculo da depreciação a que se refere este artigo, serão considerados, em dobro, os percentuais anuais estabelecidos na Instrução Normativa da SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998
§ 3º A contabilização da depreciação dos bens móveis adquiridos com recurso do Contrato de Gestão será efetuada a partir da data de aquisição do bem pela Organização Social, inclusive no caso de bens já utilizados.
§ 4º Caso a Organização Social adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Contrato de Gestão, este será afetado a seu objeto e gravado com cláusula de inalienabilidade.

Seção III
DO PESSOAL

Art. 39. O Poder Público poderá ceder, com ou sem ônus para o órgão de origem, servidor civil para ter exercício em Organização Social com Contrato de Gestão vigente mediante cláusula expressa constante do Contrato de Gestão, inclusive com anexo que identifique e relacione os servidores a serem cedidos.
§ 1º Durante a vigência do Contrato de Gestão, a cessão do servidor lotado no Poder Público ou em órgão interveniente se dará por ato do dirigente máximo, ou, se com exercício em órgão estatal diverso, por ato conjunto do dirigente máximo de sua lotação e do órgão em que o servidor esteja em exercício, competindo-lhes, em qualquer caso, informar à Procuradoria do Município sobre a cessão e proceder à publicação do ato.
§ 2º A cessão de servidor para ter exercício em Organização Social com ônus para o órgão de origem ocorrerá sem prejuízo do vencimento e vantagens de caráter permanente atribuídos ao cargo efetivo ocupados pelo servidor.
§ 3º O pagamento da remuneração mensal do servidor cedido à Organização Social com ônus para o órgão de origem será processado mediante apresentação de comprovante de frequência enviado pela entidade parceira.
§ 4º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela Organização Social.
§ 5º O servidor cedido com ou sem ônus para o órgão de origem, enquanto em exercício em Organização Social, perceberá as vantagens do cargo ou função pública a que fizer jus e não sofrerá nenhum prejuízo, para qualquer fim, na contagem de seu tempo de serviço.
§ 6º A cessão de servidor de que trata este artigo não poderá gerar a necessidade de substituição do servidor cedido nem de nomeação ou contratação de novos servidores para o exercício de função idêntica ou assemelhada no órgão ou entidade cedente.
§ 7º É vedado ao servidor ou funcionário, efetivo ou não, que exerça cargo ou função em comissão ou gratificada no Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito deste município, o exercício das funções de conselheiros, administradores e dirigentes das organizações sociais qualificadas para atuar na área de saúde, conforme disposto no Parágrafo único do art. 5°, da Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014.
§ 8º É permitido o exercício de cargo de direção na Organização Social pelos servidores que lhe forem cedidos.
§ 9º Excluem-se da cessão de que trata o caput os servidores:
I – que estejam em período de estágio probatório;
II – que ocupem cargo de provimento em comissão ou função gratificada; e
III – que estejam respondendo a processo administrativo ou disciplinar.
§ 10. É permitido, mediante justificativa expressa, a devolução de servidor cedido para a Organização Social, devendo o Poder Público providenciar, alternativamente e se for o caso:
I – a cessão de outro servidor nas mesmas condições;
II – o ajuste contratual, nos termos deste Decreto, a fim de se adequar aos custos de contratação de outro profissional.

Capítulo VI
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 40. Para efeito do previsto na Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014, entende-se por prestação de contas a comprovação da correta aplicação dos recursos repassados à Organização Social.
§ 1º As prestações de contas trimestral ou anuais, a última de forma consolidada, serão realizadas sobre a totalidade das operações patrimoniais e resultados das Organizações Sociais.
§ 2º A prestação de contas será instruída com os seguintes documentos:
I - relatório trimestral ou anual, conforme o caso, de execução de atividades;
II – demonstração das origens e aplicações de recurso, através de cópias dos extratos bancários;

III - certidões negativas de débitos da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), trabalhistas, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Mangaratiba;
IV - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;
Art. 41. O acompanhamento e a fiscalização por parte de Comissão de Avaliação de que trata o §2°, do art. 13 da Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014, não pode introduzir nem induzir modificação das obrigações estabelecidas pelo Contrato de Gestão celebrado.
§ 1º Eventuais recomendações ou sugestões da Comissão de Avaliação sobre o acompanhamento dos Contratos de Gestão deverão ser encaminhadas ao Poder Público, para adoção de providências que entender cabíveis.
§ 2º O Poder Público informará ao Conselho sobre suas atividades de acompanhamento.

Capítulo VII
DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 42. A comissão de avaliação de que trata o art. §2°, do 13 da Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014, deverá ser composta por dois membros do respectivo Poder Executivo e um da Organização Social
§ 1º Competirá à comissão de avaliação monitorar a execução do Contrato de Gestão.
§ 2º A comissão de avaliação será designada pelo Secretário da respectiva área responsável pelo Contrato de Gestão ou a autoridade supervisora da área de atuação da entidade e signatária do Contrato de Gestão.
§ 3º. O Presidente da comissão de avaliação será escolhido pelo Secretário competente ou pela autoridade supervisora da área de atuação da entidade, dentre os membros do Poder Executivo.
Art. 43. Compete à comissão de avaliação analisar o relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhados da prestação de contas apresentada pela Organização Social, trimestralmente, ao término de cada exercício financeiro, ou a qualquer tempo desde que requisitado, justificadamente, pelo referido Colegiado, nos termos do art. §1°, do 13 da Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014.
§ 1º. A comissão de avaliação deverá reunir-se, ordinariamente, ao final de cada trimestre, para avaliação da execução do contrato de gestão, com base nas metas contratualmente estipuladas, nos resultados efetivamente alcançados e no cumprimento dos respectivos prazos de execução.
§ 2º. Compete ainda, à comissão de avaliação, nas reuniões ordinárias, analisar a prestação de contas correspondente e elaborar relatório conclusivo sobre a análise procedida.
§ 3º. O Presidente da comissão de avaliação poderá convocar reuniões extraordinárias, desde que cientificados previamente todos os seus integrantes.
§ 4º. Das reuniões da comissão de avaliação serão lavradas atas, as quais deverão ser assinadas por todos os presentes.
Art. 44. O Presidente da comissão de avaliação é obrigado a comunicar oficialmente, ao Secretário competente ou à autoridade supervisora da área de atuação da Organização Social, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, qualquer irregularidade ou ilegalidade encontrada pela referida comissão, quanto à utilização de recursos ou bens de origem pública pela Organização Social, para adoção das providências necessárias, no âmbito das respectivas competências, sob pena de responsabilidade solidária e funcional, quando for o caso.
Art. 45. A Organização Social indicará, para cada Contrato de Gestão, pelo menos um dirigente, que será responsável pela boa administração dos recursos recebidos.
Parágrafo único. O nome do dirigente ou dos dirigentes indicados será publicado no extrato do Contrato de Gestão.

Capítulo VIII
DA RELAÇÃO ALTERNATIVA OU COMPLEMENTAR COM A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Art. 46. O poder público poderá celebrar com a Organização Social, além do contrato de Gestão:
I - convênio na forma do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93 ;
II - contrato de prestação de serviços, mediante dispensa de licitação, para atividades contempladas no contrato de gestão, nos termos do art. 24, XXIV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Capítulo IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 47. A Organização Social deverá solicitar a publicação na imprensa oficial do Município, no prazo máximo de trinta dias, contado a partir da assinatura do Contrato de Gestão, o regulamento próprio a que se refere o art. 24 da Lei Municipal nº 941, de 08 de outubro de 2014, remetendo cópia para conhecimento do Poder Público.
Art. 48. A Procuradoria-Geral do Município poderá expedir normas complementares a este Decreto.
Art. 49. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 14 de outubro de 2014.
Evandro Bertino Jorge
Prefeito

RESOLUÇÃO Nº. 09 – 2014

A Plenária do CMAS de Mangaratiba em Assembleia Ordinária realizada em 12 novembro de 2014, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º - Deliberar pela aprovação da regularização do **Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico- Financeiro do Ano de 2012, nas despesas declaradas do piso básico fixo para atender solicitação do ofício n°. 3796 CPCRFF/ CGPC/DEFNAS/SNAS/MDS.**
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Mangaratiba, 12 de novembro de 2014.
Maria da Glória Golvim
Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 054, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
"FAZ INTERDIÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO"
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, conforme atribuições delegadas através do Decreto nº. 1769/12.
Considerando o dispositivo no art. 2º c/c o art. 24º, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997),

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar interdição ao trânsito e estacionamento de veículos automotores, em Muriqui, na seguinte via:

I. Av. Vereador Célio Lopes, no trecho compreendido entre as Ruas Major Caetano e João Pessoa.

Art. 2 - A presente resolução terá validade das **17h00min** às **23h30min** do dia **05/12/2014** revogadas as disposições em contrário.

Regi *a-se.*

SIDNEY JOSÉ FERREIRA DA SILVEIRA

Secretário municipal de segurança e ordem pública

PORTARIA Nº 1014 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo - **Previ** nº 457/2014.

RESOLVE:

Conceder Pensão por morte da Ex-Servidora **SHEILA SEBASTIANA PAULINO DO NASCIMENTO, Matrícula nº 1736, PROFESSOR II, Classe "C", Referência "2**" a seu cônjuge **Sr. ALAN AUGUSTO DO NASCIMENTO,** com fulcro no **Art. 41, inciso II, a contar o que dispõe o art. 42, inciso I, da Lei nº 549 de 20/10/2006, o reajuste dos seus benefícios o que prevê a Lei nº 618/2008, todas do Instituto de Previdência do Município de Mangaratiba, na forma abaixo discriminada:**

Vencimento.....R$ 1.715,20

Fundamentação:

1. O vencimento está fundamentado na Lei nº 913, de 27 de março de 2014, e seu reajuste, na Lei nº 618/2008.
2. O Adicional por tempo de serviço (triênio) está fundamentado no Artigo, nº 71, da Lei nº 05/91.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 05 de novembro de 2014.
Evandro Bertino Jorge
Prefeito

PORTARIA Nº 1015 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo – **Previ** nº 428/2013, TCE-nº 232.855-8/13.

RESOLVE:

Retificar os termos da Portaria nº3739 de setembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Conceder Pensão por Morte do ex-servidor segurado JORGE DE OLIVEIRA MATEUS, Matrícula nº 460, Auxiliar de Serviços Gerais, GFB Classe I, Nível V a sua esposa **Sra. Ivonete Luiz Mateus,** com fulcro no **Art. 41, inciso II, da Lei nº 549 de 20/10/2006, com efetiva validade a partir de 28 de abril de 2013, o reajuste dos seus benefícios o que prevê a Lei nº 618/2008, todas do Instituto de Previdência do Município de Mangaratiba, na forma abaixo discriminada:**

Proventos.....
R$1.455,31

Fundamentação:

1. O vencimento está fundamentado na Lei Complementar nº 17, de 19 de dezembro de 2011, e seu reajuste, na Lei nº 618/2008.
2. O Adicional por tempo de serviço (triênio) está fundamentado na Lei nº 05/91, Artigo 71.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 13 de novembro de 2014.
Evandro Bertino Jorge
Prefeito

PORTARIA Nº06 DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

Institui Comissão Técnica para adequação do Plano Municipal de Educação de Mangaratiba.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** a necessidade de adequar o texto-base do Plano Municipal de Educação, contextualizando ações às demandas municipais atuais;

RESOLVE:

Artigo 1º Instituir Comissão Técnica para Adequação do Plano Municipal de Educação de Mangaratiba, constituída pelos seguintes profissionais:

- Meyre Maria Gabino Ayres dos Santos
- Thaís Barbosa de Moraes Kede
- Alessandra Andrade Cardoso
- Mona Lisa Fouyer
- Bianca de Araujo Regio
- Mara Lucia Santiago Cardoso
- Fernando Luiz Teixeira Ferraz de Andrade
- Fernanda de Sousa Lima
- Cleonice Silva Almeida de Oliveira
- Cristiana da Silva Araujo Arimathea
- Aline Peixoto de Almeida
- Claudia Teixeira de Souza

Artigo 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 30 de setembro de 2014.

MEYRE MARIA GABINO AYRES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº07, DE 22 DE OUTUBRODE 2014.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO PARA REALIZAÇÃO DA RENOVAÇÃO

E MATRÍCULA NOVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE MANGARATIBA – CEIM, PARA O ANO LETIVO DE 2015.

Considerando uma melhor organização nos Centros de Educação Infantil Municipal - CEIM da Rede Municipal de Ensino de Mangaratiba, a Secretaria Municipal de Educação estabelece normas e procedimentos necessários ao ingresso e permanência dos alunos;

Considerando as Resoluções do CNE/CEB 05/2009 e 06/2010 que fixa e define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ingresso na Educação Básica (Educação Infantil);

Considerando que fica atribuída à Secretaria Municipal de Educação junto com a Direção dos Centros de Educação Infantil Municipal - CEIM a responsabilidade de planejar, definir e redefinir o ingresso dos alunos na Rede Municipal de Ensino;

A Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

Resolve:

Art.1º A renovação da matrícula para o ano de 2014 no Centro de Educação Infantil Municipal da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino será realizada no período que compreende de **24/11/2014 a 19/12/2014**.

Parágrafo único - Na renovação de matrícula, o pai/mãe ou responsável legal (guardião, tutor ou curador especial) deverá apresentar declaração de trabalho atualizada contendo o local e o horário de trabalho e cópia do comprovante de residência.

Art.2º A seleção para a matrícula da Educação Infantil modalidade creche no Centro de Educação Infantil Municipal – CEIM para o ano de 2015 será realizada de acordo com o calendário abaixo:

03/11/14 e 04/11/14 – Entrevista com os responsáveis que fizeram as fichas de pré- seleção no decorrer do ano de 2014, no CEIM Prof.ª Márcia Laurentino Ferreira Moreira;

05/11/14 e 06/11/14 – Entrevista com os responsáveis que fizeram as fichas de pré- seleção no decorrer do ano de 2014, no CEIM Norma Pinheiro Cardoso;

12/11/14 e 13/11/14 – Entrevista com os responsáveis que fizeram as fichas de pré- seleção no decorrer do ano de 2014, no CEIM Sara Câmara da Rocha;

17/11/14 e 18/11/14 – Entrevista com os responsáveis que fizeram as fichas de pré- seleção no decorrer do ano de 2014, no CEIM Santa Justina;

19/11/14 e 24/11/14 – Entrevista com os responsáveis que fizeram as fichas de pré- seleção no decorrer do ano de 2014, no CEIM Laura Jacobina Lacombe;

25/11/14, 26/11/14 e 27/11/14 – Entrevista com os responsáveis que fizeram as fichas de pré- seleção no decorrer do ano de 2014, no CEIM Denise Lopes de Souza Mendes;

01/12/14 e 02/12/14 – Entrevista com os responsáveis que fizeram as fichas de pré- seleção no decorrer do ano de 2014, no CEIM Frei Afonso Jorge Braga;

03/12/14 e 04/12/14 – Entrevista com os responsáveis que fizeram as fichas de pré- seleção no decorrer do ano de 2014, no CEIM Merendeira Devany Macedo da Silva;

08/12/14 e 09/12/14 – Entrevista com os responsáveis que fizeram as fichas de pré- seleção no decorrer do ano de 2014, no CEIM Nilton Xavier;

10/12/14 e 11/12/14 – Entrevista com os responsáveis que fizeram as fichas de pré- seleção no decorrer do ano de 2014, no CEIM Aarão de Moura Brito Filho;

15/12/14 a 30/12/14 – Apresentação dos Pareceres das entrevistas realizadas pelo Assistente Social;

05/01/15 a 23/01/15 – Abertura das inscrições da pré-seleção para as vagas remanescentes, nos Centros de Educação Infantil Municipal;

26/01/15 a 28/01/15 – Seleção dos alunos;

29/01/15 a 30/01/15 – Encaminhamento da relação nominal das crianças selecionadas aos Centros de Educação Infantil Municipal;

02/02/15 – Efetivação da matrícula dos alunos selecionados.

Art. 3º No ato da pré–seleção e da matrícula, o pai/mãe ou responsável legal (guardião, tutor ou curador especial) deverá apresentar os documentos abaixo:

I – Cópia do documento de Identidade dos Responsáveis;

II – Cópia da Certidão de Nascimento da criança;

III – Cópia do Comprovante de Residência em nome do Responsável;

IV – Cópia do Cartão de Vacina (constando a identificação e as vacinas);

V – No caso de Responsável Legal, este deverá apresentar cópia devidamente autenticada do documento oficial de guarda ou tutela da criança;

VI – Declaração de Trabalho (contendo, em seu teor, o local e o horário de trabalho);

VII – Atestado de Saúde**.**

§ 1º A Ficha de Pré-Seleção será preenchida, durante todo o ano letivo, no Centro de Educação Infantil Municipal – CEIM pelo pai/mãe ou responsável legal (guardião, tutor ou curador especial) mediante a apresentação dos documentos citados no Artigo 3º desta Portaria.

§ 2º A não apresentação dos documentos citados no Artigo 3º desta Portaria impossibilitará o preenchimento da Ficha de Pré-Seleção.

Art.4º A Matrícula Nova para a Educação Infantil no Centro de Educação Infantil Municipal – CEIM acontecerá na data citada no artigo 2º desta Portaria obedecendo à disponibilidade de vaga de cada Centro de Educação Infantil e a faixa etária de cada nível da forma que se segue:

I – Berçário A da Educação Infantil integral ou parcial - 4 (quatro) meses a 11(onze meses) e 29 (vinte e nove dias);

II – Berçário B da Educação Infantil integral ou parcial - 1(um) ano completo;

III – no Nível 1(um) da Educação Infantil integral ou parcial - 2(dois) anos completos ou a completar até 31(trinta e um) de março do ano em que ocorrer a matrícula;

IV – no Nível 2(dois) da Educação Infantil integral ou parcial - 3(três) anos completos ou a completar até 31(trinta e um) de março do ano em que ocorrer a matrícula;

IV – no Nível 3(dois) da Educação Infantil integral ou parcial - 4(quatro) anos completos ou a completar até 31(trinta e um) de março do ano em que ocorrer a matrícula;

§ 1º A ficha de pré-seleção encaminhada pelo Centro de Educação Infantil Municipal – CEIM com destino à Secretaria Municipal de Educação não garante a matrícula da criança.

§ 2º A matrícula só poderá ser considerada efetivada e/ou confirmada após o comparecimento do pai/mãe ou do responsável legal na forma civil e do Estatuto da Criança e do Adolescente (guardião, tutor ou curador especial) ao CEIM - Centro de Educação Infantil Municipal - onde foi feita a ficha de pré-seleção.

Art.5º No ato da renovação da matrícula ou da matrícula nova, o pai/mãe ou o responsável legal na forma civil e do Estatuto da Criança e Adolescente (guardião, tutor ou curador especial) será notificado de que, caso o aluno tenha 30 (trinta) faltas consecutivas sem justificativa de documento legal, estará automaticamente desligado do CEIM.

Parágrafo único - A direção do Centro de Educação Infantil Municipal, nos casos em que o aluno apresente 10(dez) dias de faltas consecutivas ou intercaladas sem justificativa de documento legal, deverá informar imediatamente ao Assistente Social

da Diretoria de Gestão Administrativa para que seja realizada a visita a fim de saber o motivo da infrequência do aluno.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 22 de outubro de 2014.

_____

MEYRE MARIA GABINO AYRES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Educação

CEIM _____

NOTIFICAÇÃO ESCOLAR

Eu,_____ _____, portador do CPF _____, responsável legal na forma civil e do Estatuto da Criança e Adolescente (guardião, tutor ou curador especial) pelo(a) aluno(a) _____ _____, estou ciente de que, em caso de 30 (trinta) de faltas consecutivas sem justificativa de documento legal, o(a) aluno(a) estará automaticamente desligado(a) desta unidade escolar.

Mangaratiba, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do Responsável

PORTARIA ADM. Nº 218 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3195 de 05 de maio de 2014

RESOLVE:

Conceder aos(as) servidores(as) abaixo relacionados(as), do PROJETO DE REVITALIZAÇÃO EDUCACIONAL, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 30(TRINTA) dias de férias, a partir de 01/07/2014 a 30/07/2014, referente aos respectivos períodos aquisitivos:

NOME	CÓDIGO	PERÍODO
ANDREIA MARIA VIDAL	58299	2013/2014
ANTONIA ALVES DA SILVA	58008	2013/2014
BIANKA MARTINS SIMOES SILVA	58397	2013/2014
CAROLINA GUEDES BRAGA VIGGIANO	58296	2013/2014
CINTIA GONÇALVES EUSTACHIO	57736	2013/2014
ELIZABETH CRISTINA DOS SANTOS LOPES DA SILVA	58123	2013/2014
JANICE PEREIRA DA SILVA	58131	2013/2014
LEONARDO LOPES DOS SANTOS	58262	2013/2014
LUCIMAR DA CONCEIÇÃO RAYMUNDO VIEIRA DE OLIVEIRA	58302	2013/2014
MARCIA GABRIELLA DA SILVA RIBEIRO	58136	2013/2014
MARIA CRISTINA DOS SANTOS SILVA	58249	2013/2014
MARIA IZABEL VIDAL	58304	2013/2014
RAIZA NASCIMENTO	58256	2013/2014
ROBSON LUIZ MARINS REGO	58258	2013/2014
SIRLEI DOS SANTOS CAETANO	58297	2013/2014
TAMIRES DE OLIVEIRA DE LIMA MARTINS	58306	2013/2014
VANESSA DA COSTA POVOA	58398	2013/2014

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 26 de junho de 2014.
Nelson Luis Bertino dos Santos
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA ADM N.º 0223 DE 01 DE JULHO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3195, de 05 de maio de 2014, e tendo em vista a Portaria n° 0833/14,

RESOLVE:

Exonerar o(a) Senhor(a) **MARCOS VINICIUS A. DOS SANTOS**, matrícula n° 1119, da Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR DE ORDEM PÚBLICA E POSTURA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, a partir desta data .

PORTARIA ADM N.º 0224 DE 01 DE JULHO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3195, de 05 de maio de 2014, e tendo em vista a Portaria n° 3041/13,

RESOLVE:

Exonerar o(a) Senhor(a) **GUILHERME DE SOUZA MARQUES**, matrícula n° 3296, da Função Gratificada – Símbolo FGEEE, de ASSESSOR DE ESTUDOS DO PATRIMONIO TURISTICO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, a partir de, 01 de julho de 2014.

PORTARIA ADM N.º 0226 DE 01 DE JULHO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3195, de 05 de maio de 2014, e tendo em vista a Portaria n° 0834/14,

RESOLVE:

Exonerar o(a) Senhor(a) **NAZIR NOGUEIRA PEZOTTI**, matrícula n° 3215, da Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR DE ORDEM PUBLICA E POSTURA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, a partir de, 01 de julho de 2014.

PORTARIA ADM N.º 0227 DE 01 DE JULHO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3195, de 05 de maio de 2014, e tendo em vista a Portaria n° 0825/14,

RESOLVE:

Exonerar o(a) Senhor(a) **VIVIANE CRISTINA VERLI DIAS**, matrícula n° 3086, da Função Gratificada – Símbolo FGAE, de ASSESSOR OPERACIONAL DE SEGURANÇA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, a partir de, 01 de julho de 2014.

PORTARIA ADM N.º 0228 DE 01 DE JULHO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3195, de 05 de maio de

2014,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) **NAZIR NOGUEIRA PEZOTTI**, matrícula nº 3215, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR DE ORDEM PUBLICA E POSTURA, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, a partir de, 01 de julho de 2014.

Portaria Adm N.º 0229 de 01 de julho de 2014.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3195, de 05 de maio de 2014,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) **VIVIANE CRISTINA VERLI DIAS**, matrícula nº 3086, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR DE ORDEM PUBLICA E POSTURA, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, a partir de, 01 de julho de 2014.

Portaria Adm N.º 0230 de01 de julho de 2014.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3195, de 05 de maio de 2014, e tendo em vista a Portaria n° 0803/14,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) **ERILTON MOREIRA BARROS**, matrícula n° 3083, da Função Gratificada – Símbolo FGAE, de ASSESSOR OPERACIONAL DE SEGURANÇA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, a partir de, .

Portaria Adm N.º 0231 de 01 de julho de 2014.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3195, de 05 de maio de 2014,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) **ERILTON MOREIRA BARROS**, matrícula nº 3083, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR DE ORDEM PUBLICA E POSTURA, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, a partir de, 01 de julho de 2014.

Portaria Adm N.º 0232 de 01 de julho de 2014.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3195, de 05 de maio de 2014,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) **MARCOS VINICIUS A. DOS SANTOS**, matrícula nº 1119, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR OPERACIONAL DE SEGURANÇA, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, a partir de, 01 de julho de 2014.

Portaria Adm. N.º 233 de 01 de julho de 2014.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência no Decreto n.º 3195 de 05 de maio de 2014,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) **ELIZABETH GUEDES MATTOS**, DIGITADOR, matrícula n.º 337, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 30(TRINTA) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2005/2006, com efeito retroativo a partir de 01/06/2014 a 30/06/2014.

Portaria Adm. N.º 234 de 01 de julho de 2014.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência no Decreto n.º 3195 de 05 de maio de 2014,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) **ANA MARIA GONÇALVES GALDINO**, AUXILIAR DE ENFERMAGEM, matrícula n.º 262, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 30(TRINTA) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a partir de 01/07/2014 a 30/07/2014.

Portaria Adm. N.º 235 de 01 de julho de 2014.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência no Decreto n.º 3195 de 05 de maio de 2014,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) **LUCIANA BATISTA DE CARVALHO**, INSPETOR DE ALUNOS, matrícula n.º 3211, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS, 30(TRINTA) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a partir de 01/07/2014 a 30/07/2014.

Portaria Adm. N.º 236 de 01 de julho de 2014.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência no Decreto n.º 3195 de 05 de maio de 2014,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) **MONICA GENTIL DA SILVA**, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, matrícula n.º 3218, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE, 30(TRINTA) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a partir de 01/07/2014 a 30/07/2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 01 de julho de 2014.
Nelson Luis Bertino dos Santos
Secretário Municipal de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº.074/2014 - REMARCAÇÃO

PROCESSO 08977/2014

OBJETO RESUMIDO: A presente licitação tem por objeto, a Contratação da Empresa para o fornecimento de **equipamentos e materiais permanentes**, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/Hospital Municipal Victor de Souza Breves e outros setores, conforme CI n° 036/14 da Superintendência de Controle Auditoria e Avaliação da SMS, que se refere à **PROPOSTA N° 12349.225000/1130-04- Emenda Parlamentar** de acordo com as especificações e quantidades contidas no Anexo V, que integra o presente edital.
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por item
DATA e HORA DA REALIZAÇÃO: 16 de dezembro de 2014, às 10:00 horas.
LOCAL: A sessão realizar-se-á no endereço infra mencionado.
LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Junto a Comissão Permanente de Licitação (CPL), nas dependências da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, localizada na Praça Robert Simões, nº 92 - Centro – Mangaratiba – RJ, de segunda a sexta de 10

às 16 horas.
CUSTO: O edital e seus anexos poderão ser adquiridos, mediante a entrega de uma resma de papel A4, no endereço acima.

Mangaratiba, 20 de novembro de 2014.
Elen Garcia Machado
Pregoeira

RESOLUÇÃO Nº 055, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
"FAZ INTERDIÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO"

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, conforme atribuições delegadas através do Decreto nº. 1769/12.

Considerando o dispositivo no art. 2º c/c o art. 24º, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997),

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar interdição ao trânsito e estacionamento de veículos automotores, em Muriqui, na seguinte via:

I. Av. 7 de Setembro, no trecho compreendido entre as Ruas Cristoforo Xavier e Nestor A. F. de Moraes.

II. Nestor A. F. de Moraes, no trecho compreendido entre nº52 e a Rua Arariboia.

Art. 2 - A presente resolução terá validade das **08h00min** do dia **28/11/2014** às **20h00min** do dia **29/11/2014** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.



SIDNEY JOSÉ FERREIRA DA SILVEIRA
Secretário municipal de segurança e ordem pública

DECISÃO

Processo n° 11917/2014
Assunto: OFÍCIO/PMM/PGM N° 709/2014

1) Observando-se que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro aponta fraude no ato convocatório de processos licitatórios realizados nos anos de 2011 e 2012, **DETERMINO** a suspensão do pagamento de todos os contratos decorrentes de licitações firmadas nestes anos;

2) O Ilustre Procurador-Geral do Município tem toda razão quando afirma que a Administração Municipal tem o dever de apurar qualquer denúncia de irregularidade que tome conhecimento.

Para isto, **DETERMINO** a criação de comissão sindicante especial, através de decreto, com o objetivo de levantar os fatos, apurar eventuais irregularidades e responsabilizar os infratores, devendo inspecionar todos os processos licitatórios dos anos de 2011 e 2012.

A Comissão terá o prazo de 90 dias para realização dos trabalhos, devendo apresentar, ao final, relatório detalhado e conclusivo.

A comissão deverá obter vista ou cópia de TODOS os processos licitatórios objetos de busca e apreensão.

A comissão será composta de 5 servidores públicos municipais, todos com capacitação técnica apropriada, sendo: O Sr. Luiz Carlos Gonçalves de Souza, o Sr. Guilherme de Souza Marques, o Sr. Ilson de Carvalho Ribeiro, a Sra. Maria Carolina Alcântara Decot Barros, e o Sr. José Cláudio Pereira, sendo o primeiro membro presidente e o segundo membro secretário.

A comissão poderá convocar quantos servidores forem necessários para auxiliarem nos trabalhos.

3) Com o objetivo de levantar outras irregularidades, **DETERMINO** que a Procuradoria-Geral do Município diligencie, junto ao Ministério Público de Tutelas Coletivas de Angra dos Reis, minudente levantamento de quaisquer outros procedimentos ou inquéritos civis que possam envolver matérias em relação à administração pública municipal para alvitrar as medidas que forem cabíveis e necessárias para solução, composição ou restauração dos direitos em conflito neles relacionados.

Encaminhe-se cópia desta decisão à Secretaria Municipal de Finanças e à Procuradoria Geral do Município para providências.

Elabore-se Decreto constituindo a comissão.

Publique-se.

Mangaratiba, 24 de novembro de 2014.

EVANDRO BERTINO JORGE
Prefeito

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº. 3262, de 01 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º.- Fica aberto Crédito Suplementar por Superávit Financeiro no valor de **R$ 4.634.000,00 (Quatro Milhões Seiscentos e Trinta e Quatro Mil Reais)** nas seguintes Dotações do Orçamento vigente, nos termos do Art. 43, Parágrafo 1º., Inciso I da Lei 4320, de 17/03/1964, de acordo com quadro abaixo:

Código Reduzido	Código Geral	Natureza da despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
048	0401.04062.0020.2055	33909100	100	30.000,00	
111	0801.08243.0122.2077	33903099	100	20.000,00	
117	0901.04122.0052.2001	33903099	100	8.000,00	
125	0901.15452.0504.2050	33903900	110	300.000,00	
128	0901.26452.0902.2052	33903099	100	20.000,00	
131	0901.26452.0902.2052	33903900	100	10.000,00	
145	1001.04122.0901.1002	33903900	100	100.000,00	
167	1001.15452.0501.2033	33903099	100	190.000,00	
184	1001.15452.0507.2032	33903900	100	500.000,00	
212	1001.25752.0506.2034	33903900	100	150.000,00	
227	1101.04123.0051.2028	33903900	110	230.000,00	
229	1101.11331.0911.2030	33904700	100	800.000,00	
234	1101.28843.0908.2029	46907100	100	750.000,00	
272	1401.04126.0057.2074	33903099	100	7.000,00	
331	1901.12361.0251.2058	33903099	100	470.000,00	
335	1901.12361.0251.2058	33903099	147	25.000,00	
336	1901.12361.0251.2058	33903099	148	24.000,00	
340	1901.12361.0303.2065	33903900	100	200.000,00	
355	1901.12361.0403.2064	33903099	100	170.000,00	
409	1901.12365.0401.2061	33903099	100	50.000,00	
450	2201.04122.0052.2001	33903900	100	260.000,00	
486	2401.04122.0052.2022	33903900	100	250.000,00	
487	1901.12365.0401.2061	33903099	128	60.000,00	
491	1901.12361.0251.2058	33903099	151	10.000,00	
147	1001.04122.0901.1002	33903900	115		2.244.000,00
439	2001.04122.0052.2047	33903900	116		2.390.000,00

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

TOTAL	**4.634.000,00**	**4.634.000,00**

Art.2º. - Em decorrência do disposto no artigo 1º., fica alterado o Quadro de Detalhamento de Despesa, conforme **Art.10., da Lei 906 de 09 de dezembro de 2013, da Lei de Orçamentária Anual para 2014**.

Art.3º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Mangaratiba, em 01 de outubro de 2014.

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 3263, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar, no valor de **R$ 50.000,00 (Cinqüenta Mil Reais)**, nas seguintes Dotações do Orçamento vigente da **Prefeitura Municipal de Mangaratiba**, de acordo com Art. 43, § 1º., inciso III da Lei 4320 de 17 de março de 1964, de conforme quadro abaixo:

Código Reduzido	Código Geral	Natureza da despesa	Fonte	Anulação
439	2001.04122.0052.2047	33903900	116	50.000,00
	Total			**50.000,00**

Art.2º.- Fica aberto Credito Suplementar para a **Assistência Social de Mangaratiba**, no valor de **R$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais),** do orçamento vigente, de acordo com Art. 43, § 1º., inciso III da Lei 4320 de 17 de março de 1964, conforme quadro abaixo:

Código Reduzido	Código Geral	Natureza da despesa	Fonte	Suplementação
008	2501.08244.0125.2078	33903099	161	20.000,00
003	2501.08244.0125.2078	33903099	116	30.000,00
		Total		**50.000,00**

Art. 3º. - Em decorrência do disposto no artigo 1º., fica alterado o Quadro de Detalhamento de Despesa, conforme **Art.10., da Lei 906 de 09 de dezembro de 2013, da Lei de Orçamentária Anual para 2014**.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mangaratiba, em 01 de outubro de 2014.

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 5º Bimestre / 2014

LRF, Art 52, inciso I, líneas "a" e "b" do inciso II e §1º - Anexo 1 — R$1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre (b)	% (b/a)	Até 10/2014 (c)	% (c/a)	SALDO A REALIZAR (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	416.965.600,0	416.965.600,0	44.910.723,9	10,8	226.847.645,8	54,4	190.117.954,2
RECEITAS CORRENTES	412.280.400,0	412.280.400,0	44.705.089,9	10,8	226.499.171,8	54,9	185.781.228,2
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	69.380.000,0	69.380.000,0	7.543.829,7	10,9	52.207.097,4	75,2	17.172.902,6
Impostos	63.750.000,0	63.750.000,0	7.115.272,7	11,2	47.849.515,9	75,1	15.900.484,1
Taxas	5.610.000,0	5.610.000,0	428.557,0	7,6	4.357.581,5	77,7	1.252.418,5
Contribuição de Melhoria	20.000,0	20.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20.000,0
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	9.712.000,0	9.712.000,0	613.883,0	6,3	4.988.800,8	51,4	4.723.199,2
Contribuições Sociais	6.612.000,0	6.612.000,0	61.131,2	0,9	2.177.274,2	32,9	4.434.725,8
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (EC	3.100.000,0	3.100.000,0	552.751,7	17,8	2.811.526,5	90,7	288.473,5
RECEITA PATRIMONIAL	3.067.600,0	3.067.600,0	326.628,6	10,6	1.887.079,8	61,5	1.180.520,2
Receitas Imobiliárias	5.000,0	5.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.000,0
Receitas de Valores Imobiliários	3.062.600,0	3.062.600,0	326.628,6	10,7	1.887.079,8	61,6	1.175.520,2
Receitas de Concessões e Permissões	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Compensações Financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita decorrente do direito expl. bens públicos área dom.púb	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita de Cessão de Direitos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Receitas Patrimoniais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita da Produção Vegetal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita da Produção Animal e Derivados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Receitas Agropecuárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA INDUSTRIAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita da Industria Extrativa Mineral	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita da Indústria de Transformação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita da Indústria de Construção	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Receitas Industriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA DE SERVIÇOS	213.500,0	213.500,0	295,2	0,1	894,1	0,4	212.605,9
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	319.453.800,0	319.453.800,0	34.972.689,4	10,9	158.976.850,1	49,8	160.476.949,9
Transferências Intergovernamentais	197.630.800,0	197.630.800,0	34.934.724,4	17,7	157.869.202,1	79,9	39.761.597,9
Transferências de Instituições Privadas	32.000,0	32.000,0	2,9	0,0	84.094,3	262,8	-52.094,3
Transferências do Exterior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências de Pessoas	12.000,0	12.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12.000,0
Transferências de Convênios	121.779.000,0	121.779.000,0	37.962,1	0,0	1.023.553,7	0,8	120.755.446,3
Transferências para o Combate à Fome	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.453.500,0	10.453.500,0	1.247.764,0	11,9	8.438.449,6	80,7	2.015.050,4
Multas e Juros de Mora	4.668.000,0	4.668.000,0	428.270,0	9,2	3.056.021,2	65,5	1.611.978,8
Indenizações e Restituições	240.500,0	240.500,0	207.718,4	86,4	1.076.845,1	447,8	-836.345,1
Receita da Divida Ativa	4.270.000,0	4.270.000,0	460.870,9	10,8	4.151.100,6	97,2	118.899,4
Receitas Decorrentes Aportes Períod.p/Amortiz.Déf.Atuarial RPPS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receitas Correntes Diversas	1.275.000,0	1.275.000,0	150.904,8	11,8	154.482,7	12,1	1.120.517,3
RECEITAS DE CAPITAL	4.685.200,0	4.685.200,0	205.634,0	4,4	348.474,0	7,4	4.336.726,0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ALIENAÇÃO DE BENS	21.000,0	21.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21.000,0
Alienação de Bens Móveis	15.500,0	15.500,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15.500,0
Alienação de Bens Imóveis	5.500,0	5.500,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.500,0
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	150.000,0	150.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	150.000,0
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.510.000,0	4.510.000,0	205.634,0	4,6	348.474,0	7,7	4.161.526,0
Transferências Intergovernamentais	3.000.000,0	3.000.000,0	205.634,0	6,9	348.474,0	11,6	2.651.526,0
Transferências de Instituições Privadas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências do Exterior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências de Pessoas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferência de Outras Instituições Públicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências de Convênio	1.510.000,0	1.510.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.510.000,0
Transferências para o Combate à Fome	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.200,0	4.200,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4.200,0
Integralização do Capital Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rec. Div. Ativa Proveniente de Amort. de Emprést. e Financ.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Receitas	4.200,0	4.200,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4.200,0
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.420.000,0	6.420.000,0	474.252,5	7,4	2.400.683,2	37,4	4.019.316,8
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	423.385.600,0	423.385.600,0	45.384.976,4	10,7	229.248.329,0	54,1	194.137.271,0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANC. (IV)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mobiliária para Refinanciamento da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Contratual para Refinanciamento da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mobiliária para Refinanciamento da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contratual para Refinanciamento da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V = (III+IV)	423.385.600,0	423.385.600,0	45.384.976,4	10,7	229.248.329,0	54,1	194.137.271,0
DÉFICIT					27.310.779,7		
TOTAL (VII) = (V+VI)	423.385.600,0	423.385.600,0	45.384.976,4	10,7	256.559.108,7	60,6	166.826.491,3
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (p/ Créditos adicionais)					0,0		
Superavit Financeiro					0,0		
Reabertura de Créditos Adicionais					0,0		

Continua (1/3)

SIGFIS - Versão 2014 — Data de Emissão: 25/11/2014 15:04h — Anexo 1 do RREO

Rogerio Castro Costa
Contador
CRC: 057096/O-3

José Claudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/O-0

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

Atos da Prefeitura

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até 10/2014 (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	6.420.000,0	6.420.000,0	474.252,5	7,4	2.400.683,2	37,4	4.019.316,8
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Impostos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contribuição de Melhoria	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.420.000,0	6.420.000,0	474.252,5	7,4	2.400.683,2	37,4	4.019.316,8
RECEITA PATRIMONIAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA INDUSTRIAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA DE SERVIÇOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ALIENAÇÃO DE BENS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	6.420.000,0	6.420.000,0	474.252,5	7,4	2.400.683,2	37,4	4.019.316,8
TOTAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Rogério Castro Cost
Contador
CRC: 057096/O-2

José Claudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças

Fonte : Secretaria Municipal de Finanças

Continua (2/3)

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/O-0

Evandro [illegible] Jorge
Prefeito

SIGFIS - Versão 2014 Data de Emissão: 25/11/2014 15:04h Anexo 1 do RREO

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 5º Bimestre / 2014

Continuação (3/3)

LRF, Art 52, inciso I, Alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º - Anexo 1

R$1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) = (a+b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c-g)
				No Bimestre (d)	Até 10/2014 (e)	No Bimestre (f)	Até 10/2014 (g)	% (g/c)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	419.905.600,0	366.290,1	420.271.890,1	21.771.927,2	315.790.466,0	47.238.096,5	255.077.288,4	60,7	165.194.601,7
DESPESAS CORRENTES	375.970.500,0	-1.031.709,9	374.938.790,1	19.652.168,9	301.617.897,4	45.185.049,7	244.998.482,9	65,3	129.940.307,2
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	147.399.700,0	9.907.933,5	157.307.633,5	6.343.892,1	147.421.128,2	23.959.990,1	128.796.968,9	81,9	28.510.664,6
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,0	-30.000,0	70.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	70.000,0
OUTRAS CORRENTES	228.470.800,0	-10.909.643,4	217.561.156,6	13.308.276,8	154.196.769,2	21.225.059,6	116.201.514,0	53,4	101.359.642,6
DESPESAS DE CAPITAL	43.070.100,0	1.398.000,0	44.468.100,0	2.119.758,3	14.172.568,6	2.053.046,8	10.078.805,5	22,7	34.389.294,5
INVESTIMENTOS	37.582.100,0	-3.482.000,0	34.100.100,0	764.311,8	3.822.086,4	381.624,9	2.498.222,8	7,3	31.601.877,2
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.188.000,0	3.130.000,0	4.318.000,0	605.446,5	4.300.482,2	1.015.446,5	2.700.482,2	62,5	1.617.517,8
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.300.000,0	1.750.000,0	6.050.000,0	750.000,0	6.050.000,0	655.975,4	4.880.100,5	80,7	1.169.899,5
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	865.000,0	0,0	865.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	865.000,0
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.480.000,0	-62.000,0	3.418.000,0	35.970,0	3.039.823,3	37.899,8	1.481.820,3	43,4	1.936.179,7
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII + IX)	423.385.600,0	304.290,1	423.689.890,1	21.807.897,2	318.830.289,3	47.275.996,3	256.559.108,7	60,6	167.130.781,4
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANC. (XI)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização da Dívida Interna	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dívida Mobiliária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Dívidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização da Dívida Externa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dívida Mobiliária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Dívidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	423.385.600,0	304.290,1	423.689.890,1	21.807.897,2	318.830.289,3	47.275.996,3	256.559.108,7	60,6	167.130.781,4
SUPERÁVIT (XIII)							0,0		
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	423.385.600,0	304.290,1	423.689.890,1	21.807.897,2	318.830.289,3	47.275.996,3	256.559.108,7		167.130.781,4

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) = (a+b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c-g)
				No Bimestre (d)	Até 10/2014 (e)	No Bimestre (f)	Até 10/2014 (g)	% (g/c)	
DESPESAS CORRENTES	3.480.000,0	-62.000,0	3.418.000,0	35.970,0	3.039.823,3	37.899,8	1.481.820,3	43,4	1.936.179,7
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.480.000,0	-62.000,0	3.418.000,0	35.970,0	3.039.823,3	37.899,8	1.481.820,3	43,4	1.936.179,7
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
INVESTIMENTOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	3.480.000,0	-62.000,0	3.418.000,0	35.970,0	3.039.823,3	37.899,8	1.481.820,3	43,4	1.936.179,7

Fonte : Secretaria Municipal de Finanças

SIGFIS - Versão 2014

Data de Emissão: 25/11/2014 15:04h

Anexo 1 do RREO

Rogerio Castro Costa
Contador
CRC: 057096/O-3

José Claudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças
D.M.M.

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/O-0

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 5º Bimestre / 2014

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, Inciso II, alínea "c") — R$1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Até 10/2014 (c)	No Bimestre (d)	Até 10/2014 (e)	% (e/total)	% (e/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Legislativa	**13.889.000,0**	**15.347.643,4**	**509.215,0**	**11.953.854,1**	**2.147.706,1**	**11.053.449,7**	**4,3**	**72,0**	**4.294.193,8**
Ação Legislativa	5.250.000,0	4.790.000,0	376.952,2	3.948.000,0	673.854,0	3.374.896,2	1,3	70,5	1.415.103,8
Administração Geral	8.639.000,0	10.557.643,4	132.262,8	8.005.854,1	1.473.852,1	7.678.553,5	3,0	72,7	2.879.090,0
Administração	**148.566.900,0**	**118.681.205,9**	**3.867.237,1**	**90.786.044,7**	**10.757.695,4**	**71.767.582,6**	**28,0**	**60,5**	**46.913.623,3**
Defesa do Inter. Públ. no Proc. Judic.	603.000,0	433.000,0	22.857,1	237.735,6	5.792,0	211.258,6	0,1	48,8	221.741,4
Administração Geral	141.582.200,0	100.605.505,9	3.563.819,4	75.257.869,3	10.448.372,6	60.119.596,5	23,4	59,8	40.485.909,5
Administração Financeira	5.986.000,0	16.511.000,0	269.838,7	14.353.813,3	178.131,1	10.890.931,1	4,2	66,0	5.620.068,9
Tecnologia da Informação	346.000,0	1.083.000,0	10.722,0	935.009,5	124.801,3	544.179,5	0,2	50,2	538.820,5
Formação de Recursos Humanos	49.700,0	48.700,0	0,0	1.617,0	598,5	1.617,0	0,0	3,3	47.083,0
Segurança Pública	**2.623.000,0**	**2.483.000,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**2.483.000,0**
Policiamento	2.175.000,0	2.175.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.175.000,0
Defesa Civil	448.000,0	308.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	308.000,0
Assistência Social	**927.100,0**	**1.577.100,0**	**213.314,6**	**792.110,2**	**212.067,1**	**661.009,6**	**0,3**	**41,9**	**916.090,4**
Assistência à Criança e ao Adolescente	285.100,0	335.100,0	62.329,0	124.280,1	65.617,0	110.427,4	0,0	33,0	224.672,6
Assistência Comunitária	642.000,0	1.242.000,0	150.985,6	667.830,0	146.450,1	550.582,3	0,2	44,3	691.417,7
Previdência Social	**12.064.000,0**	**12.264.000,0**	**0,0**	**9.294.930,9**	**1.534.852,3**	**7.785.077,6**	**3,0**	**63,5**	**4.478.922,4**
Previdência do Regime Estatutário	12.064.000,0	12.264.000,0	0,0	9.294.930,9	1.534.852,3	7.785.077,6	3,0	63,5	4.478.922,4
Saúde	**63.425.000,0**	**64.125.000,0**	**3.703.249,3**	**51.286.712,3**	**10.147.816,2**	**47.397.439,7**	**18,5**	**73,9**	**16.727.560,3**
Administração Geral	32.195.000,0	31.490.000,0	203.277,3	31.176.358,8	5.716.862,6	30.734.481,4	12,0	97,6	755.518,6
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	28.272.000,0	29.347.000,0	3.499.732,0	17.480.017,0	4.067.281,1	14.226.174,0	5,5	48,5	15.120.826,1
Vigilância Sanitária	472.000,0	522.000,0	240,0	76.096,0	7.741,8	67.982,2	0,0	13,0	454.017,9
Vigilância Epidemiológica	2.486.000,0	2.766.000,0	0,0	2.554.240,5	355.930,7	2.368.802,3	0,9	85,6	397.197,7
Trabalho	**3.006.000,0**	**5.307.000,0**	**70.021,0**	**4.436.038,5**	**437.552,0**	**3.615.900,0**	**1,4**	**68,1**	**1.691.100,0**
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3.006.000,0	5.307.000,0	70.021,0	4.436.038,5	437.552,0	3.615.900,0	1,4	68,1	1.691.100,0
Educação	**88.242.600,0**	**89.217.440,7**	**7.669.052,4**	**65.942.586,3**	**11.360.362,4**	**53.256.231,3**	**20,8**	**59,7**	**35.961.209,4**
Administração Geral	1.534.000,0	851.000,0	22.104,0	733.409,6	88.202,2	498.759,5	0,2	58,6	352.240,5
Ensino Fundamental	85.123.600,0	86.108.040,7	7.318.387,0	64.339.812,4	10.950.728,3	51.962.576,9	20,3	60,3	34.145.463,8
Ensino Médio	325.000,0	325.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	325.000,0
Educação Infantil	815.000,0	1.368.400,0	328.561,4	758.261,4	321.431,9	683.791,9	0,3	50,0	684.608,1
Educação de Jovens e Adultos	48.000,0	168.000,0	0,0	111.103,0	0,0	111.103,0	0,0	66,1	56.897,0
Educação Especial	174.000,0	174.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	174.000,0
Difusão Cultural	223.000,0	223.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	223.000,0
Cultura	**2.029.000,0**	**2.038.000,0**	**15.580,6**	**208.571,5**	**19.414,6**	**193.332,5**	**0,1**	**9,5**	**1.844.667,5**
Administração Geral	80.000,0	-48.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-48.000,0
Patr. Hist., Artístico e Arqueológico	232.000,0	232.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	232.000,0
Difusão Cultural	1.717.000,0	1.854.000,0	15.580,6	208.571,5	19.414,6	193.332,5	0,1	10,4	1.660.667,5
Direitos da Cidadania	**958.000,0**	**958.000,0**	**2.050,0**	**231.985,8**	**43.533,4**	**184.214,2**	**0,1**	**19,2**	**773.785,8**
Administração Geral	492.000,0	492.000,0	2.050,0	231.985,8	43.533,4	184.214,2	0,1	37,4	307.785,8
Serviços Urbanos	466.000,0	466.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	466.000,0
Urbanismo	**57.197.000,0**	**70.615.500,0**	**3.291.404,8**	**52.027.191,7**	**7.405.185,5**	**35.769.865,5**	**13,9**	**50,7**	**34.845.634,5**
Infra-estrutura Urbana	4.677.000,0	6.217.000,0	457.932,4	482.363,0	272.291,8	296.722,4	0,1	4,8	5.920.277,7
Serviços Urbanos	52.520.000,0	64.398.500,0	2.833.472,4	51.544.828,7	7.132.893,7	35.473.143,2	13,8	55,1	28.925.356,8
Habitação	**262.000,0**	**32.000,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**32.000,0**
Habitação Urbana	262.000,0	32.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	32.000,0
Saneamento	**1.452.000,0**	**1.382.000,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**1.382.000,0**
Saneamento Básico Urbano	1.452.000,0	1.382.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.382.000,0
Gestão Ambiental	**430.000,0**	**220.000,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**220.000,0**
Preservação e Conservação Ambiental	430.000,0	220.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	220.000,0
Agricultura	**138.000,0**	**138.000,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**138.000,0**
Promoção da Produção Animal	138.000,0	138.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	138.000,0
Comércio e Serviços	**4.505.000,0**	**6.255.000,0**	**462.819,1**	**4.114.732,1**	**669.506,0**	**3.788.255,6**	**1,5**	**60,6**	**2.466.744,4**
Turismo	4.505.000,0	6.255.000,0	462.819,1	4.114.732,1	669.506,0	3.788.255,6	1,5	60,6	2.466.744,4
Energia	**5.355.000,0**	**6.625.000,0**	**1.019.929,2**	**6.139.289,2**	**1.098.200,2**	**5.273.587,3**	**2,1**	**79,6**	**1.351.412,7**
Energia Elétrica	5.355.000,0	6.625.000,0	1.019.929,2	6.139.289,2	1.098.200,2	5.273.587,3	2,1	79,6	1.351.412,7
Transporte	**2.820.000,0**	**5.792.000,0**	**198.054,1**	**4.538.637,1**	**697.229,8**	**3.183.395,7**	**1,2**	**55,0**	**2.608.604,3**
Serviços Urbanos	2.820.000,0	5.792.000,0	198.054,1	4.538.637,1	697.229,8	3.183.395,7	1,2	55,0	2.608.604,3
Desporto e Lazer	**2.835.000,0**	**2.805.000,0**	**0,0**	**660.000,0**	**51.000,0**	**486.000,0**	**0,2**	**17,3**	**2.319.000,0**
Lazer	2.835.000,0	2.805.000,0	0,0	660.000,0	51.000,0	486.000,0	0,2	17,3	2.319.000,0
Encargos especiais	**9.181.000,0**	**14.409.000,0**	**750.000,0**	**13.377.781,6**	**655.975,4**	**10.661.946,9**	**4,2**	**74,0**	**3.747.053,1**
Serviço da Divida Interna	8.316.000,0	13.544.000,0	750.000,0	13.377.781,6	655.975,4	10.661.946,9	4,2	78,7	2.882.053,1
Outros Encars Especiais	865.000,0	865.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	865.000,0
TOTAL (I)	419.905.600,0	420.271.890,1	21.771.927,2	315.790.466,0	47.238.096,5	255.077.288,3	100,0	60,7	165.194.601,8
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
Legislativa	**181.000,0**	**819.000,0**	**35.970,0**	**710.823,3**	**35.970,0**	**710.823,3**	**0,3**	**86,8**	**108.176,7**
Administração Geral	181.000,0	819.000,0	35.970,0	710.823,3	35.970,0	710.823,3	0,3	86,8	108.176,7
Administração	**849.000,0**	**849.000,0**	**0,0**	**829.000,0**	**1.929,7**	**280.630,4**	**0,1**	**33,1**	**568.369,6**
Administração Geral	849.000,0	849.000,0	0,0	829.000,0	1.929,7	280.630,4	0,1	33,1	568.369,6
Saúde	**700.000,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**
Administração Geral	700.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

SIGFIS - Versão 2014 — Data de Emissão: 25/11/2014 15:04h — Anexo II do RREO

Rogério Castro Costa
Contador
CRC: 057096/O-3

José Claudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças
D.M.M.

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/O-0

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 5º Bimestre / 2014

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, Inciso II, alínea "c") R$1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Até 10/2014 (c)	No Bimestre (d)	Até 10/2014 (e)	% (e/total)	% (e/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
Educação	**1.750.000,0**	**1.750.000,0**	**0,0**	**1.500.000,0**	**0,0**	**490.366,7**	**0,2**	**28,0**	**1.259.633,3**
Ensino Fundamental	1.750.000,0	1.750.000,0	0,0	1.500.000,0	0,0	490.366,7	0,2	28,0	1.259.633,3
TOTAL (II)	3.480.000,0	3.418.000,0	35.970,0	3.039.823,3	37.899,8	1.481.820,3	100,0	43,4	1.936.179,7
TOTAL (III) = (I + II)	423.385.600,0	423.689.890,1	21.807.897,2	318.830.289,3	47.275.996,3	256.559.108,6	100,0	60,6	167.130.781,5

Fonte :

FONTE:

Rogério Castro Costa
Contador
CRC: 057096/O-2

José Claudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças
D.M.M.

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/O-0

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

SIGFIS - Versão 2014 Data de Emissão: 25/11/2014 15:04h Anexo II do RREO

MUNICIPIO DE MANGARATIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 5º Bimestre / 2014

LRF, art 53, inciso I - Anexo 3 — R$1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ULT - 12 M.	PREVISÃO ATUALIZADA
	NOV/2013	DEZ/2013	JAN/2014	FEV/2014	MAR/2014	ABR/2014	MAI/2014	JUN/2014	JUL/2014	AGO/2014	SET/2014	OUT/2014		
RECEITAS CORRENTES (I)	23.906.264,1	27.472.250,5	29.424.257,2	31.829.157,4	25.076.060,4	28.109.337,8	22.869.907,4	20.800.618,4	22.400.902,0	22.049.274,0	24.260.001,2	25.879.895,1	304.077.925,5	440.449.600,0
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	4.111.677,1	4.340.375,6	7.231.343,6	13.067.247,9	4.635.945,0	5.007.883,8	4.086.074,4	3.674.525,1	3.399.108,5	3.561.139,3	3.580.063,8	3.963.765,9	60.659.150,0	69.380.000,0
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	444.968,8	453.187,8	2.839.731,5	7.934.747,8	515.175,1	602.161,0	478.190,0	532.957,0	542.368,6	503.543,6	567.227,8	511.248,3	15.925.507,3	15.000.000,0
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	2.791.320,5	2.167.453,2	2.537.314,7	2.827.898,0	2.541.302,0	2.978.257,8	2.411.061,2	1.832.604,1	1.930.457,3	2.145.615,2	1.996.085,6	2.305.279,4	28.464.649,0	31.200.000,0
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis	442.573,0	767.071,7	264.836,5	544.222,1	347.308,5	401.605,0	372.069,3	525.247,1	366.093,4	385.892,4	534.719,4	628.936,8	5.580.575,2	6.000.000,0
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Nature	283.200,2	748.510,3	648.277,9	519.018,1	590.335,3	679.721,4	610.149,4	614.795,2	357.475,0	353.811,7	299.635,0	272.140,4	5.977.069,9	6.200.000,0
Imposto sobre a Prop. Territorial Rural (CF. art 153, §4º,	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.350.000,0
Outras Receitas Tributárias	149.614,6	204.152,6	941.183,0	1.241.361,9	641.824,1	346.138,6	214.604,5	168.921,7	202.714,2	172.276,4	182.396,0	246.161,0	4.711.348,6	5.630.000,0
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	280.958,1	314.461,3	287.990,9	663.853,0	642.797,8	806.384,5	1.031.165,2	319.468,2	296.685,6	326.572,7	307.789,6	306.093,4	5.584.220,3	9.712.000,0
RECEITA PATRIMONIAL	149.639,0	165.427,9	138.532,0	220.595,6	184.888,8	193.768,3	203.688,3	151.971,0	183.616,0	283.391,2	134.607,0	192.021,6	2.202.146,7	3.067.600,0
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA INDUSTRIAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA DE SERVIÇOS	104,6	0,0	250,3	0,0	35,4	54,0	48,3	113,9	97,1	0,0	104,5	190,7	998,8	213.500,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.450.286,9	21.695.247,1	21.206.038,0	16.235.744,0	18.824.434,2	21.073.681,9	16.594.086,5	15.913.430,5	17.694.093,1	17.228.085,4	19.769.640,0	20.637.855,8	225.322.623,4	347.623.000,0
Cota-Parte do FPM AJUSTADO PELA LC 91/97 (100%)	1.444.207,7	2.178.757,1	1.774.762,1	1.386.654,9	1.632.746,6	1.283.102,4	1.709.891,7	1.282.308,4	1.101.340,7	1.337.941,5	1.172.817,6	1.108.433,4	17.412.964,1	20.000.000,0
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	42.530,6	42.530,6	39.933,5	39.933,5	0,0	39.933,5	39.933,5	39.933,5	39.933,5	39.933,5	39.933,5	39.933,5	444.462,7	600.000,0
Cota-Parte do ITR	3.534,6	379,7	43,5	28,1	5.273,7	662,8	5.257,2	2.128,8	404,5	47,1	1.003,9	50.478,4	69.242,3	50.000,0
Cota-Parte do ICMS (100%)	11.835.772,8	13.908.452,5	11.714.323,8	10.182.851,6	11.389.574,0	12.425.339,8	10.570.269,1	9.766.636,5	11.019.824,0	10.162.669,0	12.369.784,8	11.668.497,8	137.013.995,7	115.000.000,0
Cota-Parte do IPVA	63.151,3	70.002,0	515.960,7	762.850,6	343.699,0	256.983,8	146.869,9	125.365,7	111.967,0	111.122,3	134.515,7	84.970,8	2.727.458,8	3.500.000,0
Cota-Parte do IPI - Exportação (100%)	350.216,9	121.677,2	553.230,4	202.911,7	276.094,3	282.306,8	267.114,8	285.490,8	283.925,4	273.079,8	281.727,2	222.366,9	3.400.142,2	3.000.000,0
Transferências do FUNDEB	1.838.671,3	1.886.599,3	2.221.114,8	2.118.784,7	1.876.511,0	2.055.531,8	1.776.771,7	1.597.846,1	1.770.225,5	1.658.045,6	1.953.963,6	1.825.653,9	22.579.719,3	28.800.000,0
Outras Transferências Correntes	2.872.201,7	3.486.848,7	4.386.669,2	1.541.728,9	3.300.535,6	4.729.821,0	2.077.978,6	2.813.720,7	3.366.472,5	3.645.246,6	3.815.893,7	5.637.521,1	41.674.638,3	176.673.000,0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	913.598,4	956.738,6	560.102,4	1.641.716,9	787.959,2	1.027.565,3	954.844,7	741.109,7	827.301,7	650.085,4	467.796,3	779.967,7	10.308.786,3	10.453.500,0
DEDUÇÕES (II)	2.796.146,1	3.238.703,5	2.952.857,7	3.294.659,9	3.110.839,0	3.699.863,4	3.260.130,7	2.369.890,9	2.579.327,2	2.454.678,3	2.829.120,1	2.852.327,1	35.438.543,9	34.701.200,0
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv.	24.921,5	65.843,2	9.591,2	380.151,8	347.843,7	804.839,0	463.153,4	31.169,5	30.019,8	31.257,3	29.231,9	28.889,6	2.246.911,9	6.532.000,0
Servidor	24.921,5	65.843,2	9.591,2	380.151,8	347.843,7	804.839,0	463.153,4	31.169,5	30.019,8	31.257,3	29.231,9	28.889,6	2.246.911,9	6.532.000,0
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	23.369,0	46.737,9	23.369,0	399.783,3	33.852,6	37.811,9	248.911,5	38.383,9	38.157,6	38.518,4	0,0	188.519,1	1.117.414,2	0,0
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	2.747.855,6	3.126.122,4	2.919.897,5	2.514.724,8	2.729.142,7	2.857.212,5	2.548.065,8	2.300.337,5	2.511.149,8	2.384.902,6	2.799.888,2	2.634.918,4	32.074.217,8	28.169.200,0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)	21.110.118,0	24.233.547,0	26.471.399,5	28.534.497,5	21.965.221,4	24.409.474,4	19.609.776,7	18.430.727,5	19.821.574,8	19.594.595,7	21.430.881,1	23.027.568,0	268.639.381,6	405.748.400,0

Fonte : Secretaria Municipal de Finanças
Nota : Receita Corrente Líquida em reais e sem arredondamento :
RCL dos últimos 12 meses R$ 268.639.382,07

Rogerio Castro Cost.
Contador
CRC: 057096/O-3

José Claudio Pereira
Secretário Municipal de Finanças

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/O-0

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

SIGFIS - Versão 2014 — Data de Emissão: 25/11/2014 15:04h — Anexo 3 do RREO

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 5º Bimestre / 2014

LRF, art 53, inciso II - Anexo 4 — R$1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até 5º Bim/2014	Até 5º Bim/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.287.000,0	8.287.000,0	510.129,5	4.890.893,2	6.761.798,9
RECEITAS CORRENTES	8.137.000,0	8.137.000,0	510.129,5	4.890.893,2	6.678.820,1
Receita de Contribuições do Segurados	6.532.000,0	6.532.000,0	58.121,6	2.156.147,5	4.653.824,3
Pessoal Civil	6.532.000,0	6.532.000,0	58.121,6	2.156.147,5	4.653.824,3
Contribuição do Servidor Ativo Civil	6.420.000,0	6.420.000,0	43.589,1	2.085.228,3	4.586.789,4
Contribuição do Servidor Inativo Civil	105.000,0	105.000,0	12.759,2	62.052,9	62.319,3
Contribuição de Pensionista Civil	7.000,0	7.000,0	1.773,3	8.866,3	4.715,6
Outras Receitas de Contribuições	60.000,0	60.000,0	2.766,0	20.030,2	14.551,0
Receita Patrimonial	1.000.000,0	1.000.000,0	259.999,1	1.436.363,5	948.814,9
Receitas Imobiliárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receitas de Valores Mobiliários	1.000.000,0	1.000.000,0	259.999,1	1.436.363,5	948.814,9
Outras Receitas Patrimoniais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita de Serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Receitas Correntes	545.000,0	545.000,0	189.242,8	1.278.352,0	1.061.629,9
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,0	0,0	188.519,1	1.047.307,2	1.060.313,4
Demais Receitas Correntes	545.000,0	545.000,0	723,7	231.044,8	1.316,5
RECEITAS DE CAPITAL	150.000,0	150.000,0	0,0	0,0	82.978,8
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização de Empréstimos	150.000,0	150.000,0	0,0	0,0	82.978,8
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.420.000,0	6.420.000,0	474.252,5	2.400.683,2	1.809.582,8
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I+II)	14.707.000,0	14.707.000,0	984.382,0	7.291.576,4	8.571.381,7

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até 5º Bim/2014	Até 5º Bim/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	14.707.000,0	14.707.000,0	1.679.372,5	8.420.898,4	7.376.640,4
ADMINISTRAÇÃO	2.607.000,0	2.407.000,0	144.520,1	635.820,8	538.295,4
Despesas Correntes	2.030.000,0	2.038.000,0	144.520,1	627.887,4	536.324,4
Despesas de Capital	577.000,0	369.000,0	0,0	7.933,4	1.971,0
PREVIDÊNCIA SOCIAL	12.100.000,0	12.300.000,0	1.534.852,4	7.785.077,6	6.838.345,0
Pessoal Civil	11.500.000,0	11.700.000,0	1.534.852,4	7.785.077,6	6.838.345,0
Aposentadorias	8.000.000,0	8.000.000,0	1.197.473,5	6.082.101,0	5.413.566,5
Pensões	2.000.000,0	2.200.000,0	337.378,9	1.702.976,6	1.424.778,5
Outros Benefícios Previdenciários	1.500.000,0	1.500.000,0	0,0	0,0	0,0
Outras Despesas Previdenciárias	600.000,0	600.000,0	0,0	0,0	0,0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais despesas Previdenciárias	600.000,0	600.000,0	0,0	0,0	0,0
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI)=(IV+V)	14.707.000,0	14.707.000,0	1.679.372,5	8.420.898,4	7.376.640,4
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III-VI)	0,0	0,0	-694.990,5	-1.129.322,0	1.194.741,3

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até 5º Bim/2014	Até 5º Bim/2013
TOTAL DE APORTES PARA O RPPS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Plano Financeiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recursos para Cobertura da Insuficiência Financeira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recursos para Formação de Reservas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros aportes para o RPPS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Plano Previdenciário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros aportes para o RPPS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,0

BENS E DIREITOS DO RPPS	Set/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		Out/2014	Dez/2013
Caixa	0,0	0,0	0,0
Bancos Conta Movimento	1.177,9	1.652,2	3.415,9
Investimentos	14.194.237,3	13.993.320,6	15.251.515,9
Outros Bens e Direitos	0,0	0,0	0,0
TOTAL DE BENS E DIREITOS DO RPPS	14.194.237,3	13.993.320,6	15.251.515,9

SIGFIS - Versão 2014 — Data de Emissão: 25/11/2014 15:05h — Anexo 4 do RREO

Rogério Castro Costa
Contador
CRC: 057096/O-3

José Claudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças
P.M.M.

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/O-0

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

Atos da Prefeitura

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 5º Bimestre / 2014

LRF, art 53, inciso II - Anexo 4 — R$1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até 5º Bim/2014	Até 5º Bim/2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	6.420.000,0	6.420.000,0	474.252,5	2.400.683,2	1.809.582,8
Receita de Contribuições	6.420.000,0	6.420.000,0	474.252,5	2.400.683,2	1.809.582,8
Patronal	6.420.000,0	6.420.000,0	474.252,5	2.400.683,2	1.809.582,8
Contribuição Patronal do Servidor Ativo Civil	6.420.000,0	6.420.000,0	474.252,5	2.400.683,2	1.809.582,8
Contribuição Patronal do Servidor Inativo Civil	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contribuição Patronal de Pensionista Civil	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contribuição Previdenciária para Cobertura de Déficit Atuarial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contribuição Previdenciária em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita Patrimonial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita de Serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Receitas Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alienação de Bens	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização de Empréstimos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX-X)	6.420.000,0	6.420.000,0	474.252,5	2.400.683,2	1.809.582,8

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA - ORÇAMENTÁRIAS RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até 5º Bim/2014	Até 5º Bim/2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesas Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA - ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte : Secretaria Municipal de Finanças

Rogério Castro Costa
Contador
CRC: 057096/0-3

José Claudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças
P.M.M.

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/O-0

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

SIGFIS - Versão 2014 — Data de Emissão: 25/11/2014 15:05h — Anexo 4 do RREO

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 5º Bimestre / 2014

LRF, art 53, inciso III - Anexo 5 — R$1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2013 (a)	Em 31/Ago/2014 (b)	Em 31/Out/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	15.573.642,1	23.405.033,4	13.575.183,7
DEDUÇÕES (II)	20.151.478,5	17.633.868,8	18.804.189,8
Disponibilidade de Caixa Bruta	14.300.664,3	3.322.881,0	2.873.045,1
Demais Haveres Financeiros	15.685.883,9	15.682.361,4	17.262.400,0
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	9.835.069,7	1.371.373,6	1.331.255,3
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.577.836,4	5.771.164,6	-5.229.006,1
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,0	0,0	0,0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,0	0,0	0,0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.577.836,4	5.771.164,6	-5.229.006,1

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Jan/2014 até Out/2014 (c - a)
VALOR	-11.000.170,7	-651.169,7

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,0

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31/12/2013	Em 31/Ago/2014	Em 31/Out/2014
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	15.071.179,9	181.914.332,0	181.914.332,0
Passivo Atuarial	15.071.179,9	181.914.332,0	181.914.332,0
Demais Dívidas	0,0	0,0	0,0
Deduções (VIII)	30.506.447,7	29.562.123,2	27.934.293,4
Ativo Disponível	15.254.931,8	14.809.042,3	13.994.972,8
Investimentos do RPPS	15.251.515,9	14.807.080,9	13.993.320,6
Haveres Financeiros	0,0	0,0	0,0
(-) Restos a Pagar Processados	0,0	54.000,0	54.000,0
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-15.435.267,8	152.352.208,8	153.980.038,6
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,0	0,0	0,0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-15.435.267,8	152.352.208,8	153.980.038,6

Rogério Castro Costa
Contador
CRC: 057095/O-3

José Claudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças
P.M.M.

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/O-0

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

Fonte : Secretaria Municipal de Finanças

SIGFIS - Versão 2014 — Emissão: 25/11/2014 15:05h — Anexo 5 do RREO

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 5º Bimestre / 2014

LRF, art 53, inciso III - Anexo 6 — R$1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Out/2014	Jan a Out/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	415.637.800,0	44.852.713,7	227.012.775,1	221.311.175,0
Receitas Tributárias	69.380.000,0	7.543.829,7	52.207.097,3	49.305.733,0
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	15.000.000,0	1.078.476,1	15.027.350,6	13.812.463,2
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	31.200.000,0	4.301.365,0	23.505.875,2	21.197.320,8
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	6.000.000,0	1.163.656,3	4.370.930,6	5.248.592,6
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	6.200.000,0	571.775,4	4.945.359,4	5.171.513,4
Outras Receitas Tributárias	10.980.000,0	428.556,9	4.357.581,5	3.875.843,0
Receita de Contribuição	16.132.000,0	1.088.135,5	7.389.484,0	9.043.858,0
Receita Previdenciária	13.012.000,0	535.140,1	4.576.860,9	6.477.958,1
Outras Receitas de Contribuições	3.120.000,0	552.995,4	2.812.623,1	2.565.899,9
Receita Patrimonial Liquida	5.000,0	0,0	0,0	0,0
Receita Patrimonial	3.067.600,0	326.628,6	1.887.079,8	1.511.356,3
(-)Aplicações Financeiras	3.062.600,0	326.628,6	1.887.079,8	1.511.356,3
Transferências Correntes[1]	319.453.800,0	34.972.689,3	158.976.850,1	156.302.817,0
Cota Parte FPM (80%)	16.000.000,0	1.825.000,8	11.031.999,6	10.075.805,2
Cota Parte ICMS (80%)	92.000.000,0	19.230.626,1	89.015.816,4	91.980.500,6
L.C. Nº 87/96 - ICMS Desoneração (80%)	480.000,0	63.893,6	287.521,4	340.245,1
Convênios	121.779.000,0	37.962,1	1.023.553,7	1.810.103,6
Outras Transferências Correntes	89.194.800,0	13.815.206,7	57.617.959,0	52.096.162,5
Demais Receitas Correntes	10.667.000,0	1.248.059,2	8.439.343,7	6.658.767,0
Divida Ativa	4.270.000,0	460.870,9	4.151.100,6	3.753.418,2
Diversas Receitas Correntes	6.397.000,0	787.188,3	4.288.243,1	2.905.348,8
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.685.200,0	205.634,0	348.474,0	83.442,0
Operações de Crédito (III)	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização de Empréstimos (IV)	150.000,0	0,0	0,0	82.978,8
Alienação de Ativos (V)	21.000,0	0,0	0,0	0,0
Transferências de Capital	4.510.000,0	205.634,0	348.474,0	0,0
Convênios	1.510.000,0	0,0	0,0	0,0
Outras Transferências de Capital	3.000.000,0	205.634,0	348.474,0	0,0
Outras Receitas de Capital	4.200,0	0,0	0,0	463,2
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	4.514.200,0	205.634,0	348.474,0	463,2
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	420.152.000,0	45.058.347,7	227.361.249,1	221.311.638,2

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Out/2014	Jan a Out/2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	378.356.790,1	45.222.949,5	246.480.303,2	214.056.231,1
Pessoal e Encargos Sociais	160.725.633,5	23.997.889,9	130.278.789,2	117.596.852,1
Juros e Encargos da Divida (IX)	70.000,0	0,0	0,0	0,0
Outras Despesas Correntes	217.561.156,6	21.225.059,6	116.201.514,0	96.459.379,0
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	378.286.790,1	45.222.949,5	246.480.303,2	214.056.231,1
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	44.468.100,0	2.053.046,8	10.078.805,5	9.111.062,5
Investimentos	34.100.100,0	381.624,9	2.498.222,8	4.760.361,1
Inversões Financeiras	4.318.000,0	1.015.446,5	2.700.482,2	69.780,1
Concessão de Empréstimos (XII)	0,0	0,0	0,0	0,0
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais Inversões Financeiras	4.318.000,0	1.015.446,5	2.700.482,2	69.780,1
Amortização da Divida (XIV)	6.050.000,0	655.975,4	4.880.100,5	4.280.921,3
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	38.418.100,0	1.397.071,4	5.198.705,0	4.830.141,2
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	865.000,0	0,0	0,0	0,0
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS (XVII)	0,0	0,0	0,0	0,0
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	417.569.890,1	46.620.020,9	251.679.008,2	218.886.372,3
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	2.582.109,9	-1.561.673,2	-24.317.759,1	2.425.265,9
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,0	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,0

Fonte : Secretaria Municipal de Finanças
Nota : [1]Para efeito deste Demonstrativo, o montante das Transferências Correntes corresponde, dentre outras receitas, ao total das Transferências Intergovernamentais, excluidas as Deduções da Receita Corente para Formação do FUNDEB.

Rogério Castro Costa
Contador
CRC: 057096/0-3

José Cláudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças
P.M.M.

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/0-0

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

SIGFIS - Versão 2014 — Data de Emissão: 25/11/2014 15:05h — Anexo 6 do RREO

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 5º Bimestre / 2014

LRF, art 53, inciso V - Anexo 7 — R$1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Canc.	Pagos	Saldo	Exerc. Ant.	Inscritos 2013	Canc.	Pagos	Saldo
	Exerc. Ant.	2013								
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRI										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MANGARATIBA	551.620,7	3.599.299,0	38.975,2	3.632.086,5	479.858,0	420.243,0	448.578,8	49.253,5	700.328,2	119.240,1
FUNDAÇÃO MARIO PEIXOTO MANGARATIBA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
INSTITUTO PREVIDÊNCIA MUN MANGARATI	54.000,0	0,0	0,0	0,0	54.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
FUNDO MUN SAÚDE MANGARATIBA	2.892,5	3.882.822,1	611.101,2	2.477.216,3	797.397,1	34.331,0	137.782,5	23.337,0	8.131,7	140.644,8
TOTAL (I)	608.513,2	7.482.121,1	650.076,4	6.109.302,8	1.331.255,1	454.574,0	586.361,3	72.590,5	708.459,9	259.884,9
TOTAL (I + II)	608.513,2	7.482.121,1	650.076,4	6.109.302,8	1.331.255,1	454.574,0	586.361,3	72.590,5	708.459,9	259.884,9

Rogério Castro Costa
Contador
CRC: 057096/0-3

José Cláudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças
P.M.M.

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/0-0

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

SIGFIS - Versão 2014 — Data de Emissão: 25/11/2014 15:05h — Anexo 7 do RREO

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 5º Bimestre / 2014

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8 — R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS Até 5º Bim/2014	% (b/a)
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	68.294.000,0	68.294.000,0	7.115.272,8	47.849.515,8	10,42
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	19.000.000,0	19.000.000,0	1.078.476,1	15.027.350,6	5,68
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	15.000.000,0	15.000.000,0	1.078.476,1	15.027.350,6	7,19
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	10.000,0	10.000,0	0,0	0,0	0,00
Divida Ativa do IPTU	3.530.000,0	3.530.000,0	0,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Divida Ativa do IPTU	460.000,0	460.000,0	0,0	0,0	0,00
(-) Deduções da Receita do IPTU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	6.257.500,0	6.257.500,0	1.163.656,3	4.370.930,6	18,60
Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	6.000.000,0	6.000.000,0	1.163.656,3	4.370.930,6	19,39
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	2.000,0	2.000,0	0,0	0,0	0,00
Divida Ativa do ITBI	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Divida Ativa do ITBI	255.500,0	255.500,0	0,0	0,0	0,00
(-) Deduções da Receita do ITBI	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	31.486.500,0	31.486.500,0	4.301.365,0	23.505.875,2	13,66
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	31.200.000,0	31.200.000,0	4.301.365,0	23.505.875,2	13,79
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,0	10.000,0	0,0	0,0	0,00
Divida Ativa do ISS	250.000,0	250.000,0	0,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Divida Ativa do ISS	26.500,0	26.500,0	0,0	0,0	0,00
(-) Deduções da Receita do ISS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
1.4-Receita Resultante do Imposto sobre Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	6.200.000,0	6.200.000,0	571.775,4	4.945.359,4	9,22
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	6.200.000,0	6.200.000,0	571.775,4	4.945.359,4	9,22
Multas, Juros, de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Divida Ativa do IRRF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Divida Ativa do IRRF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
(-) Deduções da Receita do IRRF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF. art 153, §4º, III	5.350.000,0	5.350.000,0	0,0	0,0	0,00
ITR	5.350.000,0	5.350.000,0	0,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Divida Ativa do ITR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Divida Ativa do ITR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
(-) Deduções da Receita do ITR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	142.150.000,0	142.150.000,0	27.174.463,7	131.007.052,9	19,12
2.1-Cota-Parte FPM	20.000.000,0	20.000.000,0	2.281.251,0	13.789.999,2	11,41
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alinea b	20.000.000,0	20.000.000,0	2.281.251,0	13.789.999,2	11,41
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alinea d	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
2.2-Cota-Parte ICMS	115.000.000,0	115.000.000,0	24.038.282,7	111.269.770,5	20,90
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	600.000,0	600.000,0	79.867,0	359.401,7	13,31
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	3.000.000,0	3.000.000,0	504.094,2	2.928.248,1	16,80
2.5-Cota-Parte ITR	50.000,0	50.000,0	51.482,3	65.327,9	102,96
2.6-Cota-Parte IPVA	3.500.000,0	3.500.000,0	219.486,5	2.594.305,5	6,27
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
3-TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	210.444.000,0	210.444.000,0	34.289.736,5	178.856.568,7	16,29

Rogério Castro Costa
Contador
CRC: 057096/O-3

José Cláudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças
P.M.M.

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/O-0

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

SIGFIS - Versão 2014 — Data de Emissão: 25/11/2014 15:05h — Anexo 8 do RREO

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 5º Bimestre /:2014

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8 — R$1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS <Periodo Atual>	% (b/a)
4-RECEITA DA APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	25.600,0	25.600,0	3.122,1	6.334,1	12,20
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	4.830.000,0	4.830.000,0	964.171,2	4.287.041,3	19,96
5.1-Transferências do Salário-Educação	4.000.000,0	4.000.000,0	616.746,4	3.246.994,4	15,42
5.2-Outras Transferências do FNDE	830.000,0	830.000,0	347.424,8	1.040.046,9	41,86
5.3-Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.450.000,0	9.450.000,0	0,0	0,0	0,00
6.1- Transferências de Convênios	9.450.000,0	9.450.000,0	0,0	0,0	0,00
6.2-Aplicação Financeira de Recursos de Convênios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
9-TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	14.305.600,0	14.305.600,0	967.293,3	4.293.375,4	6,76

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS Até 5º Bim/2014	% (b/a)
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	28.169.200,0	28.169.200,0	5.434.806,4	26.200.239,2	19,29
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.000.000,0	4.000.000,0	456.250,2	2.757.999,6	11,41
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	23.000.000,0	23.000.000,0	4.807.656,6	22.253.954,1	20,90
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	120.000,0	120.000,0	15.973,4	71.880,3	13,31
10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	340.000,0	340.000,0	100.818,8	586.032,3	29,65
10.5-Cota-Parte ITR ou ITR arrecadado (20% de 1.5 + 2.5)	9.200,0	9.200,0	10.298,7	13.065,5	111,94
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	700.000,0	700.000,0	43.808,7	517.307,4	6,26
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	29.446.000,0	29.446.000,0	3.786.497,0	18.887.278,8	12,86
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	28.800.000,0	28.800.000,0	3.779.617,5	18.854.448,6	13,12
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos FUNDEB	646.000,0	646.000,0	6.879,5	32.830,2	1,06
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	630.800,0	630.800,0	-1.655.188,9	-7.345.790,6	-262,40

[SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (11 > 0)] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (11 > 0)] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	18.750.000,0	18.755.440,7	2.591.316,2	12.029.608,8	64,14
13.1-Com Educação Infantil	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	18.750.000,0	18.755.440,7	2.591.316,2	12.029.608,8	64,14
14-OUTRAS DESPESAS	10.696.000,0	7.590.000,0	1.195.180,8	6.863.110,8	90,42
14.1-Com Educação Infantil	214.000,0	0,0	0,0	0,0	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	10.482.000,0	7.590.000,0	1.195.180,8	6.863.110,8	90,42
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	29.446.000,0	26.345.440,7	3.786.497,0	18.892.719,6	71,71

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO

16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
18-TOTAL DE DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB(16+17)	0,00
19-MINIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (13-18)/(11) x 100%	63,69

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2014	0,00

Rogerio Castro Costa
Contador
CRC- 057096/0-3

José Claudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças
P.M.M.

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/0-0

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

SIGFIS - Versão 2014 — Data de Emissão: 25/11/2014 15:05h — Anexo 8 do RREO

Atos da Prefeitura

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 5º Bimestre / 2014

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8 — R$1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS NÃO CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS Até 5º Bim/2014	% (b/a)
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% DE 3)	52.611.000,0	52.611.000,0	8.572.434,1	44.714.142,2	84,99

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	805.000,0	741.000,0	131.991,4	131.991,4	17,81
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	214.000,0	0,0	0,0	0,0	0,00
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	591.000,0	741.000,0	131.991,4	131.991,4	17,81
24-ENSINO FUNDAMENTAL	58.673.000,0	66.542.440,7	10.102.821,4	49.009.495,4	73,65
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	29.232.000,0	26.345.440,7	3.786.497,0	18.892.719,6	71,71
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	29.441.000,0	40.197.000,0	6.316.324,4	30.116.775,8	74,92
25-ENSINO MÉDIO	310.000,0	310.000,0	0,0	0,0	0,00
26-ENSINO SUPERIOR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
28-OUTRAS	979.000,0	1.416.000,0	88.202,2	609.862,5	43,07
29-TOTAL DESPESAS C/AÇÕES TÍPICAS DE MDE(23+24+25+26+27+28)	60.767.000,0	69.009.440,7	10.323.015,0	49.751.349,3	72,09

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-7.345.790,60
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32-RECEITA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	32.830,20
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS, DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
36-CANCELAMENTO,NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	0,00
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITES CONSTITUCIONAIS (30+31+32+33+34+35+36)	-7.312.960,40
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-37	56.454.447,20
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO [(38)/(3)]X100%	31,56

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40-DESPESAS CUSTEADAS C/APLIC. FIN. EM OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. A	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	4.170.000,0	5.849.000,0	890.606,5	3.373.564,8	57,68
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	23.055.600,0	16.106.000,0	146.741,0	621.683,9	3,86
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS C/RECEITAS ADIC. P/FINANC.DO ENSINO (40	27.225.600,0	21.955.000,0	1.037.347,5	3.995.248,7	18,20
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	87.992.600,0	90.964.440,7	11.360.362,5	53.746.598,0	59,09

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	Cancelado em 2014 (g)
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47-SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO DE <EXERCÍCIO ANTERIOR>	0,00
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	18.854.448,60
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	32.830,20
51-(=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL	18.887.278,80

FONTE :
¹ Caput do artigo 212 da CF/1988
² Os valores referentes à parcela dos restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do ultimo bimestre do exercicio.
³ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercici, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

AJUSTE DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

VINCULADAS ÀS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	30.858.629,70
Despesas com Ensino Fundamental (24.2)	30.116.775,80
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas (23.2)	131.991,40
Outras Despesas com Ensino	609.862,50
PARCELA DAS TRANSFERÊNCIAS DESTINADA À FORMAÇÃO DO FUNDEB (10)	26.200.239,20
INATIVOS PAGOS COM RECURSOS DO TESOURO (40)	0,00
Despesas com Ensino Fundamental	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
TOTAL DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - (24.2 + 23.2 + 10 + 40)	56.449.006,40

AJUSTE DA TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Mínimo de <25%> das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino - Caput do artigo 212 da CF/88	31,56
Mínimo de <60%> do FUNDEB na remuneração do magistério do Ensino Fundamental - caput § 5º do artigo 60 do ADCT	63,69

SIGFIS - Versão 2014 — Data de Emissão: 25/11/2014 15:05h — Anexo 8 do RREO

Rogerio Castro Costa
Contador
CRC: 057096/0-3

José Claudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças
P.M.M.

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/O-0

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 5º Bimestre / 2014

ADCT, art 77 - Anexo 12 — R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 5º Bim/2014 (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	68.294.000,0	68.294.000,0	47.849.515,8	70,06
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	15.000.000,0	15.000.000,0	15.027.350,6	100,18
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	6.000.000,0	6.000.000,0	4.370.930,6	72,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	31.200.000,0	31.200.000,0	23.505.875,2	75,34
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	6.200.000,0	6.200.000,0	4.945.359,4	79,76
Imposto Territorial Rural - ITR	5.350.000,0	5.350.000,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	22.000,0	22.000,0	0,0	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	3.780.000,0	3.780.000,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	742.000,0	742.000,0	0,0	0,00
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	142.150.000,0	142.150.000,0	131.007.052,9	92,16
Cota-Parte FPM	20.000.000,0	20.000.000,0	13.789.999,2	68,95
Cota-Parte ITR	50.000,0	50.000,0	65.327,9	130,66
Cota-Parte IPVA	3.500.000,0	3.500.000,0	2.594.305,5	74,12
Cota-Parte ICMS	115.000.000,0	115.000.000,0	111.269.770,5	96,76
Cota-Parte IPI-Exportação	3.000.000,0	3.000.000,0	2.928.248,1	97,61
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências	0,0	0,0	0,0	0,00
CONSTITUCIONAIS	600.000,0	600.000,0	359.401,7	59,90
Desoneração ICMS (LC 87/96)	600.000,0	600.000,0	359.401,7	59,90
Outras	0,0	0,0	0,0	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**210.444.000,0**	**210.444.000,0**	**178.856.568,7**	**84,99**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS Até 5º Bim/2014 (d)	RECEITAS REALIZADAS % (d/c)
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	23.019.000,0	23.019.000,0	7.235.059,0	31,43
Provenientes da União	22.938.000,0	22.938.000,0	7.100.093,0	30,95
Provenientes dos Estados	0,0	0,0	0,0	0,00
Provenientes de Outros Municípios	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Receitas do SUS	81.000,0	81.000,0	134.966,0	166,62
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,0	0,0	0,0	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,0	0,0	0,0	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,0	0,0	0,0	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	23.019.000,0	23.019.000,0	7.235.059,0	31,43

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS Até 5º Bim/2014 (f)	DESPESAS EMPENHADAS % (f/e)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 5º Bim/2014 (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (g/e)
DESPESAS CORRENTES	52.996.000,0	53.121.000,0	49.295.330,4	92,80	46.131.807,9	86,84
Pessoal e Encargos Sociais	34.862.000,0	32.652.000,0	32.034.000,0	98,11	31.462.638,6	96,36
Juros e Encargos da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
Outras Despesas Correntes	18.134.000,0	20.469.000,0	17.261.330,4	84,33	14.669.169,3	71,67
DESPESAS DE CAPITAL	11.129.000,0	11.004.000,0	1.991.382,0	18,10	1.265.631,8	11,50
Investimentos	11.129.000,0	11.004.000,0	1.991.382,0	18,10	1.265.631,8	11,50
Inversões Financeiras	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
Amortização da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	64.125.000,0	64.125.000,0	51.286.712,4	79,98	47.397.439,7	73,91

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até 5º Bim/2014 (h)	DESPESAS EMPENHADAS % (h/IVf)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 5º Bim/2014 (i)	DESPESAS LIQUIDADAS % (i/Vg)
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	21.108.000,0	18.628.000,0	10.036.063,5	19,57	9.194.048,3	19,40
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	21.108.000,0	18.628.000,0	10.036.063,5	19,57	9.194.048,3	19,40
Recursos de Operações de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
Outros Recursos	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE[1]	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
DESPESAS CUSTEADAS C/REC.VINCULADOS À PARCELA DO % MÍNIMO[3] NÃO APLICADAS EM AÇÕES E SERV. SAÚDE EM EXER. ANTERIORES	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	21.108.000,0	18.628.000,0	10.036.063,5	19,57	9.194.048,3	19,40
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	43.017.000,0	45.497.000,0	41.250.648,9	80,43	38.203.391,4	80,60

Rogerio Custro Costa
Contador
CRC: 085096/O-3

José Claudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças
P.M.M.

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.367/O-6

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

SIGFIS - Versão 2014 — Data de Emissão: 25/11/2014 15:05h — Anexo 12 do RREO

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIi / IIIb X 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% [4 e 5]	21,36 %
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100xIIIb] [6]	11.374.906,1

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2013	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Total	**0,0**	**0,0**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E §2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,0	0,0	0,00
Total (VIII)	**0,0**	**0,0**	**0,00**

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ART. 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,0	0,0	0,00
		0,0	
		0,0	
		0,0	
		0,0	
Total (IX)	**0,0**	**0,0**	**0,00**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 5º Bim/2014 (l)	% (l / total l)	Até 5º Bim/2014 (m)	% (m / total m)
Atenção Básica	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	28.272.000,0	29.347.000,0	17.480.017,0	34,08	14.226.174,0	30,01
Suporte Profilático e Terapêutico	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
Vigilância Sanitária	472.000,0	522.000,0	76.096,0	0,15	67.982,2	0,14
Vigilância Epidemiológica	2.486.000,0	2.766.000,0	2.554.240,5	4,98	2.368.802,3	5,00
Alimentação e Nutrição	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
Outras Subfunções	32.895.000,0	31.490.000,0	31.176.358,8	60,79	30.734.481,4	64,84
TOTAL	64.125.000,0	64.125.000,0	51.286.712,3	100,00	47.397.439,9	100,00

Fonte : Secretaria Municipal de Finanças

[1] Esta linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
[4] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.
[5] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento no art. 23 da LC 141/2012.
[6] No último bimestre será utilizada a fórmula: VI(h+i) - (15 x IIb/100)

Rogerio Castro Costa
Contador
CRC: 057096/O-3

José Claudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças
P.M.M.

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/O-0

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA - PODER EXECUTIVO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 5º Bimestre / 2014

LRF, art 48 - Anexo 14 — R$1,00

BALANÇO ORCAMENTÁRIO - RECEITAS	No bimestre	Até o bimestre
Previsão Inicial de Receita	0,0	423.385.600,0
Previsão Atualizada da Receita	0,0	423.385.600,0
Receitas Realizadas	45.384.976,4	229.248.329,0
Deficit Orçamentário	0,0	27.310.779,7
Saldos de Exercícios Anteriores (utilizados para créditos adicionais)	0,0	0,0

BALANÇO ORCAMENTÁRIO - DESPESAS	No bimestre	Até o bimestre
Dotação Inicial	0,0	423.385.600,0
Dotação Atualizada	0,0	423.689.890,1
Despesas Empenhadas	21.807.897,2	318.830.289,3
Despesas Liquidadas	47.275.996,3	256.559.108,7
Superavit Orçamentário	0,0	0,0

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No bimestre	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	21.807.897,2	318.830.289,3
Despesas Liquidadas	47.275.996,3	256.559.108,6

RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Liquida	268.639.381,6

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDENCIA	No bimestre	Até o bimestre
Regime Próprio de Previdencia Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias realizadas (III)	984.382,0	7.291.576,4
Despesas Previdenciárias liquidadas (IV)	1.679.372,5	8.420.898,4
Resultado Previdenciário (III-IV)	-694.990,5	-1.129.322,0

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,0	-651.169,7	0,0%
Resultado Primário	0,0	-24.317.759,1	0,0%

MOVIMENTAÇÃO DE RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a pagar
POR PODER				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	8.090.634,3	650.076,4	6.109.302,8	1.331.255,1
Poder Legislativo	0,0	0,0	0,0	0,0
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	586.361,3	72.590,5	708.459,9	259.884,9
Poder Legislativo	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	8.676.995,6	722.666,9	6.817.762,7	1.591.140,0

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		%Mínimo Aplicar Exerc	%Aplicado até bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	56.454.447,2	25%	31,6%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração dos Professores do Ensino Fundamental	12.029.608,8	60%	63,7%

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Operação de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdencia Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		%Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	41.250.648,9	15,0%	21,4%

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO, DERIVADAS DE PPP'S CONTRATADAS	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das despesas / RCL (%)	

FONTE :
Nota :

SIGFIS - Versão 2014 — Data de Emissão: 26/11/2014 15:05h — Anexo 14 do RREO

Rogerio Castro Costa
Contador
CRC: 057096/O-3

José Claudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças
Mat.

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/O-0

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 5º Bimestre / 2014

ADCT, art 77 - Anexo 12 — R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 5º Bim/2014 (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	68.294.000,0	68.294.000,0	47.849.515,8	70,06
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	15.000.000,0	15.000.000,0	15.027.350,6	100,18
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	6.000.000,0	6.000.000,0	4.370.930,6	72,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	31.200.000,0	31.200.000,0	23.505.875,2	75,34
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	6.200.000,0	6.200.000,0	4.945.359,4	79,76
Imposto Territorial Rural - ITR	5.350.000,0	5.350.000,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	22.000,0	22.000,0	0,0	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	3.780.000,0	3.780.000,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	742.000,0	742.000,0	0,0	0,00
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	142.150.000,0	142.150.000,0	131.007.052,9	92,16
Cota-Parte FPM	20.000.000,0	20.000.000,0	13.789.999,2	68,95
Cota-Parte ITR	50.000,0	50.000,0	65.327,9	130,66
Cota-Parte IPVA	3.500.000,0	3.500.000,0	2.594.305,5	74,12
Cota-Parte ICMS	115.000.000,0	115.000.000,0	111.269.770,5	96,76
Cota-Parte IPI-Exportação	3.000.000,0	3.000.000,0	2.928.248,1	97,61
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências CONSTITUCIONAIS	0,0	0,0	0,0	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	600.000,0	600.000,0	359.401,7	59,90
Outras	600.000,0	600.000,0	359.401,7	59,90
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,0	0,0	0,0	0,00
	210.444.000,0	**210.444.000,0**	**178.856.568,7**	**84,99**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS Até 5º Bim/2014 (d)	RECEITAS REALIZADAS % (d/c)
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	23.019.000,0	23.019.000,0	7.235.059,0	31,43
Provenientes da União	22.938.000,0	22.938.000,0	7.100.093,0	30,95
Provenientes dos Estados	0,0	0,0	0,0	0,00
Provenientes de Outros Municípios	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Receitas do SUS	81.000,0	81.000,0	134.966,0	166,62
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,0	0,0	0,0	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,0	0,0	0,0	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,0	0,0	0,0	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	23.019.000,0	23.019.000,0	7.235.059,0	31,43

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS Até 5º Bim/2014 (f)	DESPESAS EMPENHADAS % (f/e)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 5º Bim/2014 (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (g/e)
DESPESAS CORRENTES	52.996.000,0	53.121.000,0	49.295.330,4	92,80	46.131.807,9	86,84
Pessoal e Encargos Sociais	34.862.000,0	32.652.000,0	32.034.000,0	98,11	31.462.638,6	96,36
Juros e Encargos da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
Outras Despesas Correntes	18.134.000,0	20.469.000,0	17.261.330,4	84,33	14.669.169,3	71,67
DESPESAS DE CAPITAL	11.129.000,0	11.004.000,0	1.991.382,0	18,10	1.265.631,8	11,50
Investimentos	11.129.000,0	11.004.000,0	1.991.382,0	18,10	1.265.631,8	11,50
Inversões Financeiras	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
Amortização da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	64.125.000,0	64.125.000,0	51.286.712,4	79,98	47.397.439,7	73,91

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até 5º Bim/2014 (h)	DESPESAS EMPENHADAS % (h/IVf)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 5º Bim/2014 (i)	DESPESAS LIQUIDADAS % (i/Vg)
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	21.108.000,0	18.628.000,0	10.036.063,5	19,57	9.194.048,3	19,40
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	21.108.000,0	18.628.000,0	10.036.063,5	19,57	9.194.048,3	19,40
Recursos de Operações de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
Outros Recursos	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE[1]	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
DESPESAS CUSTEADAS C/REC.VINCULADOS À PARCELA DO % MÍNIMO[3] NÃO APLICADAS EM AÇÕES E SERV. SAÚDE EM EXER. ANTERIORES	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	21.108.000,0	18.628.000,0	10.036.063,5	19,57	9.194.048,3	19,40
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	43.017.000,0	45.497.000,0	41.250.648,9	80,43	38.203.391,4	80,60

Rogério Castro Costa
Contador
CRC: 057096/O-3

José Cláudio Pereira
Secretário Mun. de Finanças
RAMM

Luiz Carlos Gonçalves de Souza
Controlador Geral do Município
Matr.2721 - CRC/RJ 081.167/O-0

Evandro Bertino Jorge
Prefeito

SIGFIS - Versão 2014 — Data de Emissão: 25/11/2014 15:05h — Anexo 12 do RREO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública
Superintendência de Trânsito

RESOLUÇÃO Nº 056, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

"FAZ INTERDIÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO"

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, conforme atribuições delegadas através do Decreto nº. 1769/12.

Considerando o dispositivo no art. 2º c/c o art. 24º, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997),

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar interdição ao trânsito e estacionamento de veículos automotores, em Muriqui, na seguinte via:

I. Rua Tiradentes, na Passagem de Nível Ferroviária em frente à Guarita do Trânsito.

Art. 2 - A presente resolução terá validade das **21h00min** do dia **03/12/2014** às **20h00min** do dia **04/12/2014** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

SIDNEY JOSÉ FERREIRA DA SILVEIRA
Secretário municipal de segurança e ordem pública

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 3290 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE SINDICÂNCIA, NOMEIA SEUS MEMBROS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando as alegações trazidas na Ação Cautelar de Busca e Apreensão, processo n° 0007000-68.2014.8.19.0030, em trâmite na Vara Única da Comarca de Mangaratiba;

Considerando a diligência de Busca e Apreensão que ocorreu no dia 18 de novembro de 2014 em vários prédios da Prefeitura Municipal, que a administração pública deve velar pela estrita obediência aos princípios constitucionais administrativos, sobretudo no que se refere a transparência;

Considerando os autos do processo administrativo n° 11917/2014;

DECRETA:

Art. 1° - Fica instituída Comissão Especial de Sindicância para levantar os fatos, apurar eventuais irregularidades e responsabilizar os infratores, devendo inspecionar todos os processos licitatórios dos anos de 2011 e 2012.

§1°. A Comissão, em sua conclusão dos trabalhos, deverá informar do que se tratam os processos administrativos e seu estágio processual.

§2°. A comissão prestará total e irrestrita assistência à Justiça ou ao Ministério Público, quanto lhe for solicitado.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 2° - A presente Comissão é composta de 05 (cinco) membros: Sr. Luiz Carlos Gonçalves de Souza, o Sr. Guilherme de Souza Marques, o Sr. Ilson de Carvalho Ribeiro, a Sra. Maria Carolina Alcântara Decot Barros, e o Sr. José Cláudio Pereira, sendo presidida pelo primeiro e secretariada pelo segundo.

Art. 3° - A comissão deverá obter vista ou cópia de todos os processos licitatórios objetos de busca e apreensão, bem como poderá convocar quantos servidores forem necessários para auxiliarem nos trabalhos.

Art. 4° - A Comissão deverá iniciar seus trabalhos com a publicação do presente, sem necessidade de qualquer outro ato, tendo prazo de conclusão de relatório final de 90 (noventa) dias, podendo convocar a oitiva de qualquer servidor, requerer e copiar quaisquer documentos a pessoa/órgão e ter acesso irrestrito a qualquer setor da Administração Municipal.

Art. 5° - O presente vincula-se ao processo administrativo n° 11917/2014.

Art. 6° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mangaratiba, 25 de novembro de 2014.

Evandro Bertino Jorge
Prefeito